Idéias Políticas de Artur Bernardes

cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados

volume II

ão e Pensamento da República

do federal — fundação casa de rui barbosa — mec

SUMÁRIO

Págs.

CONSTITUINTE (1946)

Júlio Prestes (voto de pesar) 425
Resposta ao Deputado Rui Almeida 429
Instituto Nacional do Café I 438
Instituto Nacional do Café II 442
Violências em Minas Gerais 459
Emendas ao Projeto Constitucional 463

DEPUTADO FEDERAL (1946 - 1951)

A Crise Nacional 471
O Novo Partido Republicano 476
Relações com a União Soviética 488
Centro de Estudos e Defesa do Petróleo 490
Ainda a Questão da Itabira Iron 494
O Problema do Petróleo 505
Favelas e Colônias Agrícolas 520
O Petróleo e a Hiléia Amazônica 526
A Hiléia Amazônica I 533
A Hiléia Amazônica II 546
Parecer sobre a Convenção de Iquitos 556
A Hiléia Amazônica III 580
A Organização dos Estados Americanos 587
A Exploração Nacional do Petróleo I 589
A Exploração Nacional do Petróleo II 592
Reclamações do Itamarati 595

DEPUTADO FEDERAL (1951 - 1955)

O Anteprojeto do Governo sobre o Petróleo 601
Favelas e Colônias Agrícolas 612
O Problema do Petróleo 614
Monopólio Estatal do Petróleo I 618
Monopólio Estatal do Petróleo II 624
Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. 628
Pensão Vitalícia ao Pai de Siqueira Campos 636
Publicações da Imprensa Nacional sobre o Petróleo 637
A Questão do Petróleo e o Partido Republicano 639
A Petrobrás 641
O Preço da Gasolina 653

APÊNDICE

Atentado a Artur Bernardes (quando da sua deportação) 663
Morte de Artur Bernardes — votos de pesar 693
Artur Bernardes visto pelos Políticos 732

CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO PETRÓLEO

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Bernardes.

O SR. ARTUR BERNARDES *(Movimento de atenção. Palmas prolongadas.)* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, na qualidade de presidente honorário do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, não poderia deixar de vir, agora, à tribuna, a fim de associar o meu aos protestos aqui levantados contra os acontecimentos que se desenrolaram na madrugada de hoje.

Dou à Câmara o meu testemunho de que o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, desde o início, se dispõe a pautar sua conduta dentro da mais estrita observância à lei e do respeito às autoridades. Tomamos a deliberação de defender a tese da nacionalização do petróleo pela convicção de não ser possível que um patrimônio desse valor, indispensável ao progresso futuro da Nação, caia em mãos de estrangeiros, para se locupletarem com o produto do comércio do petróleo. *(Muito bem! Palmas.)*

Tive ensejo de conversar a respeito com o Sr. Presidente da República, quando da formação do Centro. S. Exª assegurou-me que teríamos completa liberdade para fazer a propaganda que iniciamos, e que vai conquistando a opinião nacional em todo o território do Brasil. *(Muito bem! Palmas.)*

Não havia trazido ao conhecimento do plenário as inumeráveis manifestações recebidas nesse sentido, por não ser chegado o momento de discutir aqui o anteprojeto. Mas posso assegurar à Câmara que, se houver um plebiscito para decidir a questão, o País, na sua extraordinária maioria, se manifestará a favor do monopólio pelo Estado. *(Muito bem! Palmas.)*

Por vezes, Sr. Presidente, tive ensejo de aconselhar a membros da diretoria do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo que se mantivessem

---

Discurso pronunciado na sessão de 24 de setembro de 1948. *Diário do Congresso Nacional*, 25 de setembro de 1948.

sempre respeitosamente, não consentissem na realização de comícios sem autorização prévia da autoridade e, mais, que não permitissem fossem os mesmos realizados fora dessas normas. (*Muito bem! Palmas.*)

Temos, portanto, dado toda a nossa contribuição para que essa discussão se faça serena, calma e civicamente, tendo em vista o interesse do Brasil, que, por desgraça, vive abandonado por parte de grande número dos nossos concidadãos.

Desnecessário será rememorar os fatos ocorridos na manhã de hoje, porque alguns jornais o fizeram com exatidão e os oradores que me antecederam na tribuna já se estenderam nessa exposição.

Devo, entretanto, declarar que, antes de vir à tribuna, tive o cuidado de entender-me com três das principais figuras que lá estiveram e tudo testemunharam. Relataram-me que não houve o menor motivo para a intervenção policial. Tal afirmação partiu de homens verazes, de responsabilidade, e que gozam do maior consenso, tanto na sua classe, como na sociedade brasileira.

Não houve, como poucos matutinos o relataram, provavelmente mal informados, comício algum. E é possível que aqui se venha alegar a efetivação de um comício à revelia da autoridade; mas não procederá o argumento, de vez que não houve convocação de comício. É evidente que ninguém iria promover uma reunião do povo à uma hora da madrugada, nem levaria pessoas de sua família, esposas e filhos, para expô-los a ocorrências como as que se verificaram na manhã de hoje.

O Sr. Campos Vergal — A argumentação do ilustre orador é irrefutável!

O SR. ARTUR BERNARDES — Agradecido pelo aparte. Agora, estamos neste dilema: ou temos uma Constituição em vigor, dando garantias à livre manifestação do pensamento — sobretudo a um pensamento sagrado como esse que se volta para a defesa de interesse fundamental do País, e deve ser respeitado — ou então devem Governo e autoridades declarar que não consentem na continuação dos comícios e não cumprem a Constituição.

Não há meio-termo: ou pode-se continuar a propaganda do petróleo, ou o Governo arcará com a responsabilidade da sua proibição. O que não é possível é que se repitam fatos como os da madrugada de hoje! (*Muito bem!*)

Acresce que a tudo esteve presente um representante do Sr. Chefe de Polícia, o mesmo que presidiu a todos os comícios requeridos pelo Centro. Esse representante compareceu à convenção, participou da respectiva mesa e acompanhou seus componentes, levando as flores ao monumento do Marechal Floriano. E razão havia para isso. Sabemos que Floriano não foi apenas um militar, mas, também, um estadista e um nacionalista, que, em momento grave da vida nacional, proferiu uma frase que ficou célebre e simbolizou o respeito à Nação! *(Apoiados gerais. Palmas.)*

Não quero alongar-me. Desejo, entretanto, acentuar que a questão do petróleo não pode ser encaminhada como alguns a projetam. Há um aspecto nacional que deve ser defendido, e assim o será, custe o que custar! *(Palmas.)*

Quando uma nação se desnivela de um plano superior para outro inferior, em matéria moral, costuma regenerar-se à custa de sangue. Este sangue começou hoje a derramar-se, e praza aos céus que não continue. Não lhe dê causa o petróleo!

O Sr. José Romero — Antes do petróleo já está jorrando sangue!

O Sr. Lopes Cançado — A conduta da polícia especial, na madrugada de hoje, foi a de uma força estrangeira de ocupação voltada contra os interesses do nosso País! *(Muito bem.)*

O SR. ARTUR BERNARDES — Sem dúvida, parece que forças ocultas vivem a estimular atos como este que a população da Capital presenciou nesta madrugada. Do Sr. Presidente da República tive a segurança de que poderia fazer a propaganda da questão do petróleo. O Sr. Chefe de Polícia deu assentimento a todos os comícios requeridos pelo Centro, enviando, mesmo, representante a todos eles, como o fez na noite passada. Há, portanto, forças ocultas e misteriosas manobrando esses pobres instrumentos que são os guardas, autores dos atentados.

O Sr. Gurgel do Amaral — O representante do Chefe de Polícia é o Doutor Cantuária Dias Medronho, oficial de gabinete de S. Sª, de quem tem delegação para acompanhar toda a campanha do petróleo no Distrito Federal. Esse representante estava junto à estátua do Marechal Floriano, subiu a um tamborete, segundo estou informado, e declarou às demais autoridades policiais, que se aproximavam, que naquele momento representava o pensamento do Chefe de Polícia. Mesmo assim, foi desobedecido, como desobedecidos e desacatados foram um membro do Parlamento e três Generais do Exército!

O SR. ARTUR BERNARDES — O aparte do nobre colega vem em favor da minha argumentação.

Se o Chefe de Polícia tinha um representante junto às senhoras que conduziam flores para o monumento do Marechal Floriano, não é crível que os acontecimentos tenham passado com o prévio conhecimento de S. Exª

Essa questão do petróleo é muito mais séria do que pode parecer.

O Brasil — a menos que se lhe queira cortar a marcha ascensional para o futuro — precisa ser defendido a qualquer preço e nessa disposição nos encontramos. A perda da vida pouco vale, quando consagrada ao serviço da Pátria! *(Palmas.)* Estamos resolvidos a não consentir ao sacrifício do petróleo em detrimento do País.

Desventurada nação... Desventurada nação, Sr. Presidente, que havendo, há século e meio, atingido sua maioridade política; possuindo território vasto como um continente, rico na superfície e rico no subsolo, e contando, também, já cinqüenta milhões de habitantes, não se peja de confessar, pública e eficientemente, a sua incapacidade para resolver seus problemas, preparar seu futuro e habilitar-se a reger com felicidade seus destinos! *(Muito bem; muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

O PROBLEMA DO PETRÓLEO

O SR. ARTUR BERNARDES *(Momo líder de partido.)* — Sr. presidente, se aqui estivesse na sessão de sexta-feira, quando se discutiu e votou o requerimento do nobre deputado Sr. Manuel Novais, de nomeação de uma comissão que apresentasse cumprimentos a S. Exª o Sr. Presidente da República, pelo seu ato relativo ao petróleo, declaro à Câmara que lhe teria dado o meu voto. E o faria com tanto mais satisfação, quanto o ato de S. Exª implica uma orientação, em matéria de política de petróleo, que se coaduna com a que venho sustentando, dentro como fora desta Casa, nas atividades do Instituto de Estudo e Defesa do Petróleo, de que sou presidente honorário. S. Exª se manifesta coerente consigo mesmo, por isso que, no setor da exploração do petróleo, já teve opinião conhecida quando ministro da Guerra.

Deve-se a S. Exª não ter a exploração do petróleo brasileiro ido parar em mãos de um dos trustes internacionais, porque falando no Conselho Ministerial, em nome próprio e no do Exército, que então representava, S. Exª vetou a concessão à Standard Oil.

Assumindo, mais tarde, o exercício das altas funções presidenciais Sua Excelência não teve motivos para mudar de opinião: tanto isto é certo que mandou estudar o "Plano Salte", e a seguir o remeteu a esta Casa acompanhado de mensagem.

O Sr. Hugo Carneiro — Corroborando as idéias patrióticas de V. Exª, devo informar que o Conselho Nacional do Partido Social Democrático, em reunião de hoje, aprovou por unanimidade moção de aplausos ao Sr. Presidente da República, em virtude da atitude que assumiu no caso do petróleo, e nomeou uma comissão composta de senadores e deputados para, em nome do partido, congratular-se com Sua Excelência.

Discurso pronunciado na sessão de 5 de outubro de 1948, e não revisto pelo orador. *Diário do Congresso Nacional*, 7 de outubro de 1948.

O SR. ARTUR BERNARDES – Rejubilo-me com o aparte de Vossa Excelência.

É certo que o Sr. Presidente da República também remeteu ao Parlamento o anteprojeto do Estatuto do Petróleo; fê-lo, porém, sem se manifestar sobre ele, fazendo assim acreditar que outra coisa não tinha em mente senão submeter à decisão do Poder Legislativo o que ao Conselho Nacional do Petróleo pareceu se devia fazer quanto à exploração desse combustível.

Praticando, agora, esse ato, nada mais fez Sua Excelência do que vir ao encontro dos anseios da população brasileira, que se tem externado sobre o problema de modo peremptório e concludente.

O Sr. Coelho Rodrigues – O Governo Federal entregou os melhores mercados do País – o de São Paulo e o do Rio de Janeiro – a companhias particulares, quando deviam ficar sujeitos ao Conselho Nacional do Petróleo, por garantirem renda para novas explorações do produto.

O SR. ARTUR BERNARDES – Responderei, dentro em pouco, ao aparte do nobre colega; quero, por agora, continuar o fio de minha exposição.

Não conheço, nestes últimos anos, qualquer movimento de opinião tão claro, tão decisivo como o que se está operando em torno da exploração estatal do petróleo. Todos quantos temos pugnado por esse gênero de exploração, vimos apoiando o Governo da República.

O Sr. Hugo Carneiro – Neste particular, V. Exª deve ter grande orgulho por estar vendo sancionado, pelo atual Governo, uma das mais patrióticas campanhas empreendidas por V. Exª, que representa mais um dos relevantes serviços que o Brasil lhe fica a dever. *(Muito bem.)*

O SR. ARTUR BERNARDES – Muito agradecido pelo aparte de Vossa Excelência.

Sr. presidente, todos quantos, no momento, alertamos a opinião pública para este interesse fundamental do País, estamos cooperando com o Governo da República e, especialmente, com o Sr. Presidente Eurico Gaspar Dutra que, definindo agora sua orientação, nos abre a perspectiva de que outros atos se seguirão ao que acaba de praticar. Nem era de esperar outra coisa de S. Exª, pois que o nosso Presidente não poderia ficar em posição inferior a do General Masconi, que, na Argentina, assumiu a

responsabilidade da direção dessa indústria, em nome do Exército Nacional.

O Sr. Coelho Rodrigues — Tenho a impressão de que a orientação do General Masconi foi completamente diversa da do General Dutra.

O SR. ARTUR BERNARDES — É possível, mas os resultados vão ser iguais.

O Sr. Coelho Rodrigues — Tenho muitas dúvidas.

O SR. ARTUR BERNARDES — A atitude do General Eurico Dutra, por certo, não ficará inferior também à do General Cárdenas, que, no México, em situação muito pior, pôs mão na mesma indústria, que estava confiada a estrangeiros.

No Brasil, a situação é ainda mais fácil, porque não há concessão a estrangeiros e o Governo tem o caminho desimpedido para acautelar o interesse da Nação.

É justo, que nos regozijemos com o ato do Sr. Presidente da República. As opiniões surgidas, de toda a parte, são neste sentido. Se a solução agora propugnada não é aquela pela qual nos batíamos, a da exploração estatal, é certo que ela deve representar uma etapa nesse caminho.

E como somos pelo monopólio do Estado, mantemos a posição que até agora vimos ocupando, a fim de auxiliar o Governo na execução desse plano.

Quando o mundo moderno considera as fontes do petróleo inconcessíveis a estrangeiros, não deve o Brasil incidir no erro de ceder as nossas.

O petróleo é o combustível mais precioso do mundo. É fonte de energia cujo valor não é lícito desconhecer.

As nações se dividem, hoje, entre ricas e pobres, segundo possuem, ou não, energia para seu uso e para comércio. Os vapores que nos trazem produtos estrangeiros consomem energia, seja do carvão, seja do óleo. No preço das mercadorias, pagamos o seu custo ao país dono do carvão ou do óleo; o guindaste, que descarrega os navios, é acionado por força elétrica ou por óleo; o caminhão, que transporta as cargas, consome gasolina, e se vai pagando, por aí afora, parcela por parcela, o preço da energia. Em nossas residências, o banho que tomamos, pela manhã, paga seu tributo à energia — gás ou carvão. O café que nos alimenta é feito com energia, que nos custa dinheiro; assim o almoço e o jantar, assim a nossa

roupa, quando passada a ferro, e por último a luz que ilumina nossas casas.

As nações, portanto, que possuem fontes de energia devem conservá-las avaramente. Nós, entretanto, estamos menoscabando o nosso petróleo, parecendo não possuirmos a consciência do seu valor nem o da perda que representará sua cessão a estrangeiros.

Vivemos a falar em recuperação econômica e financeira, e a elevar impostos antigos e criar novos. Recuperar para quê, se pomos fora um valor inestimável como esse — do petróleo? Com que direito apelar para novos sacrifícios do povo? Para presentear a estrangeiros com o nosso petróleo?

É tempo de compreendermos melhor a nossa situação em face do petróleo. Os que, a princípio, sustentavam devia ele ser explorado por estrangeiros, ou com a participação de estrangeiros, já não aparecem muito nas discussões e, quando convidados para debate em mesa-redonda, esquivam-se, convencidos, talvez, do próprio engano.

Era comum ouvir, de começo, que deveríamos perder a esperança de explorar o petróleo, porque não tínhamos capitais, nem técnicos, nem máquinas. Esses argumentos são, hoje, pueris. Já tivemos ensejo de verificar que uma refinaria, da Tcheco-Eslováquia, foi oferecida ao Governo brasileiro e vendida, afinal, à República Argentina, porque nosso Governo não a adquiriu.

Posteriormente, o embaixador francês deu à imprensa do Rio uma entrevista, em que declarou já haver a França feito sua recuperação industrial nesse setor, e estar em condições de fornecer maquinaria a quem precisasse. Agora, o ato do Governo vem demonstrar a inanidade daquelas alegações, por ter este adquirido nada menos de três refinarias, duas das quais prontas e uma para ser entregue em prazo relativamente curto.

Quando proclamávamos que não tínhamos técnicos, nem capital, nem máquinas, esquecíamo-nos de que foi um brasileiro quem descobriu aqui o petróleo; que foi dinheiro brasileiro que custeou a descoberta e com máquinas adquiridas por brasileiros é que ela foi levada a efeito. Estaremos, portanto, incoerentes ou em contradição conosco, formulando tais alegações.

Não se pode mais levá-las a sério, porque os fatos desmentem os que se animam a repeti-las.

Nós, que propugnamos solução estatal, desejamos que a renda comercial do combustível entre para o Tesouro; os que defendem tese adversa preferem que ela entre para a burra dos trustes.

Daríamos má cópia de nós se abríssemos mão da exploração da indústria em favor de estranhos. Mas que temos capacidade para organizar a indústria, o ato oficial acaba de demonstrá-lo.

Nem o Sr. Presidente da República autorizaria financiamento de somas tão avultadas aos brasileiros beneficiados com a concessão, se não tivesse a certeza de que eles possuíam capacidade para bem explorá-la.

O Sr. Coelho Rodrigues — Lastimo justamente que as duas destilarias, que vão garantir grandes lucros, sejam entregues a terceiros em favor dos quais o Governo abre mão dessas vantagens. Futuramente, os donos dessas destilarias pedirão também as jazidas para explorá-la e essa exploração tomará tendência particular; embora se trate de brasileiros, há possibilidade de aliança com estrangeiros, segundo o respectivo Estatuto. Seria, portanto, mil vezes preferível que o Governo assumisse toda a responsabilidade e tivesse a coragem de instalar as duas destilarias maiores. A que deverá ir para Belém, precisaria ficar em São Paulo. Em Belém, 45.000 barris não se justifica.

O SR. ARTUR BERNARDES — Isso é outra questão.

O Sr. Coelho Rodrigues — Mas é a questão primordial, que aponto. Os melhores mercados são os do Rio e São Paulo e, segundo se diz nos bastidores, já sabemos que são destinados a firmas que ficarão com verdadeiro pitéu!

O SR. ARTUR BERNARDES — Não me parece que seja essa a questão primordial, perdoe-me o nobre colega.

A meu ver, ela reside na nacionalização da indústria.

Além disso, a questão a que V. Exª se refere pode ser modificada pelo próprio Governo, de um momento para outro.

O Sr. Coelho Rodrigues — O Estatuto já permite a cooperação do estrangeiro.

O SR. ARTUR BERNARDES — Mas o Estatuto ainda não é lei. Estamos exatamente combatendo o Estatuto, e devemos fazê-lo até o final.

O Sr. Coelho Rodrigues — Amanhã, haverá aumento do capital dessas destilarias, e a aliança com o estrangeiro estará feita.

O SR. ARTUR BERNARDES — O Governo é o seu principal credor e poderá a qualquer tempo tomar essas refinarias, incorporando-as à sua indústria geral.

O Sr. Coelho Rodrigues — V. Exª, há poucos dias explicou que não teve poder, como Presidente da República, para aniqüilar a ação da Itabira Iron; no entanto, V. Exª agora está confiante em que o Governo possa impedir a infiltração de capital estrangeiro, quando o próprio Governo, no Estatuto, já lhe abriu a brecha.

O SR. ARTUR BERNARDES — Há equívoco de V. Exª As concessões feitas a essas duas empresas estão sujeitas à lei que vigora atualmente e que proíbe possam suas ações pertencer a estrangeiro. Salvo futura modificação dessa lei, existe a proibição.

O Sr. Coelho Rodrigues — O aumento de capital, mediante requerimento ao Ministro, com o beneplácito do Sr. Presidente da República, é o suficiente.

O SR. ARTUR BERNARDES — Estaremos aqui vigilantes. V. Exª sabe que somos parte integrante do poder público, senão o principal ramo do governo: temos a iniciativa das leis; nós é que as elaboramos, as derrogamos e as revogamos. Somos, portanto, o primeiro dos três poderes. Fazemos as leis para o próprio Executivo cumpri-las e fazê-las cumprir.

O Sr. Jurandir Pires — Perfeito.

O Sr. Coelho Rodrigues — V. Exª sabe que o Executivo mandou pedir e conseguiu urgência para o projeto da Light, como também mandou fechar a questão no aumento de vencimentos e no Orçamento. Não tenho a esperança de ver derrogada a situação, que V. Exª está imaginando, de o Governo ceder e nós aqui insistirmos em que ele não ceda.

O SR. ARTUR BERNARDES — De nós depende a ação do Executivo,

O Sr. Coelho Rodrigues — Não temos maioria, quem a tem é o Governo.

O SR. ARTUR BERNARDES — Teríamos, nesse caso, de apelar para ela; teríamos de levar ao seu espírito o convencimento de sua responsabilidade.

O Sr. Eusébio Rocha — Acredito no patriotismo dos parlamentares quando estiver em jogo a própria soberania nacional; por isso creio que esta Casa não permitirá a aprovação do Estatuto, nem tampouco a entrega, comprometedora dos interesses nacionais, dessas destilarias.

O SR. ARTUR BERNARDES — Precisamos acentuar que o próprio Governo não tem entusiasmo pelo anteprojeto do Estatuto. Limitou-se a remetê-lo ao Parlamento.

Esse anteprojeto quase constitui, nos moldes em que está organizado, um desrespeito aos Poderes Executivo e Legislativo. Não se pode admitir que vingue um projeto de lei como esse, de compreensão quase impossível e originariamente feito por estrangeiros. Eu lhes conheço o estilo, estou familiarizado com seus artifícios e sua solércia.

Ele terá passado pelo crivo do Conselho Nacional do Petróleo e de comissões, os quais se terão limitado a fazer-lhe retoques. Prova-o entre outros, o fato de no mesmo se estabelecerem impostos privilegiados para os estrangeiros, que ficam assim colocados em plano superior aos nacionais.

Que brasileiro redigiria um projeto nessas condições?

O Sr. Coelho Rodrigues — V. Exª está corroborando minha tese. Os elementos que conseguiram o Estatuto amanhã modificarão a orientação do Governo, relativamente às destilarias.

O SR. ARTUR BERNARDES — V. Exª parte do princípio de que os estrangeiros o conseguiriam no Parlamento. Não. Aqui estaremos à espera de suas aspirações.

O Sr. Lino Machado — Conseguiram, no entanto que o Presidente da República mandasse o anteprojeto, com mensagem ao Parlamento.

O Sr. Eusébio Rocha — O Plano SALTE veio depois. Vale dizer, conseqüentemente, que é uma negação do Estatuto.

O SR. ARTUR BERNARDES — Exatamente. Nem era possível que o Governo da República esposasse simultaneamente dois projetos antiéticos: o Plano SALTE e o anteprojeto de Estatuto.

O Sr. Coelho Rodrigues — O Estatuto veio com mensagem.

O SR. ARTUR BERNARDES — Veio, meramente com mensagem. Temos, porém, amplitude para examiná-lo e discuti-lo.

O Sr. Costa Neto — Estou acompanhando, com a atenção e admiração de sempre, o brilhantíssimo discurso que V. Exª está proferindo.

O SR. ARTUR BERNARDES — Obrigado a V. Exª

O Sr. Costa Neto — Todavia, na qualidade de relator do projeto do Estatuto do Petróleo, tendo oferecido, quanto à substância, emendas que não lhe produzem grande alteração devo dizer que V. Exª é profundamente injusto, quando faz aos elaboradores do projeto a acusação de se terem deixado influenciar por estrangeiros. Isso não pode ser exato, eminente Presidente Bernardes, porque o Estatuto do Petróleo é uma conseqüência da modificação feita pela Assembléia Nacional Constituinte de 1946.

O SR. ARTUR BERNARDES — Nas condições que V. Exª conhece...

O Sr. Costa Neto — ... relativamente à orientação da política do petróleo, seguida no Brasil. V. Exª no entanto, acaba de dizer: nas condições que conheço.

O SR. ARTUR BERNARDES — Como eu também conheço.

O Sr. Costa Neto — Posso afirmar a V. Exª que o dispositivo modificador de nossa orientação política no tocante à possibilidade de cooperarem estrangeiros na exploração de nosso subsolo, foi resultante de trabalho sincero. Não acredito — e não tive qualquer prova objetiva em contrário — que algum estrangeiro tivesse influenciado na modificação dessa política, que veio, afinal, a ser consignada na Constituição de 46.

O SR. ARTUR BERNARDES — O que posso asseverar a V. Exª é que veio aqui comissário para influir no dispositivo da Constituição.

O Sr. Costa Neto — Devo esclarecer ao eminente Presidente Bernardes que, em todos os dispositivos constitucionais, os estrangeiros, com opinião coincidente, podem, eventualmente, ter influência decisiva na Declaração dos Direitos do Homem, no Direito francês, na Constituição americana...

O SR. ARTUR BERNARDES — É outra coisa.

O Sr. Costa Neto — ... teve influência decisiva.

O SR. ARTUR BERNARDES — Os símiles não são iguais.

O Sr. Costa Neto — Na nossa legislação sobre petróleo, tivemos duas influências decisivas de estrangeiros: a primeira nos ensinou a tomar pre-

caução positiva contra a ascendência dos trustes no Governo. Por causa dessa influência, passamos do regime de acessão para o da dominialidade que salvaguarda completamente o patrimônio constituído pelo subsolo brasileiro. V. Exª sabe que a primeira preocupação dos elaboradores do projeto foi, precisamente, confirmar a regra, declarando que as minas de petróleo pertenciam, imprescritivelmente e inalienavelmente, ao patrimônio da União.

O SR. ARTUR BERNARDES — O que nesse particular existe no projeto de Estatuto parece destinado a engambelar os que o lerem. Para que essa garantia assim expressa, se ela é dispensável, por ser o território brasileiro, por direito, imprescritível e inalienável como decorrência da soberania? Era escusada a declaração. De que vale a mesma se, extraído o petróleo das minas, elas se reduzem a buracos ou desaparecem?

O Sr. Costa Neto — O território brasileiro se decompõe em duas partes: o território, propriamente dito, parte integrante da nossa soberania, e o que pode ser fragmentado e convertido em diversas propriedades privadas. Quando a legislação brasileira, já antes da Constituição de 1946, iniciou o sistema pelo qual se passava do regime de acessão para o de dominialidade, fez, precisamente desaparecer a propriedade privada do subsolo, onde se constituíam as minas petrolíferas, para integrá-las na propriedade da União. Isto que representa nada menos de 80% da questão, o Estatuto do Petróleo manteve.

O SR. ARTUR BERNARDES — É outro caso. De que vale, como asseverei, dizer o anteprojeto que as minas são do Brasil, que são por direito imprescritíveis e inalienáveis, se o estrangeiro leva-lhes a melhor parte, o petróleo?

O Sr. Costa Neto — Se V. Exª, eminente Presidente Artur Bernardes, não acha impertinência no meu aparte...

O SR. ARTUR BERNARDES — Ao contrário.

O Sr. Costa Neto — ... devo esclarecer que toda a luta do México, da Venezuela, do Peru e da Argentina, contra os estrangeiros foi derivada principalmente do fato de pertencerem as propriedades petrolíferas a particulares. Todas as vezes que o Estado procurou entrar na contenda, ele saiu vencedor.

O SR. ARTUR BERNARDES — Não o contesto.

O Sr. Costa Neto — O General Cárdenas, citado há pouco, por Vossa Excelência, venceu em 1936 todos os trustes, todas as empresas petrolíferas que estavam em transação com particulares, proprietários das minas. Assim, a questão principal era, exatamente, a da propriedade que, até nos Estados Unidos da América, tem constituído um problema crucial para o Governo. V. Exª não ignora que, em 1945, os trustes conseguiram obter do Congresso americano, por duzentos e tantos votos contra onze, o reconhecimento da propriedade subtalássica na Califórnia. A propriedade das jazidas de petróleo, embaixo da água na Califórna, pertencia aos particulares, que estão lutando até hoje perante os tribunais para revogar essa lei.

O SR. ARTUR BERNARDES — Essa questão de propriedade lá não afeta a nossa situação aqui. Lá, quem explora o petróleo é o cidadão americano: aqui, quer-se entregar o petróleo ao estrangeiro. A situação é outra.

O Sr. Costa Neto — Não desejo por mais tempo perturbar o discurso de V. Exª, mas devo dizer, diante do respeito merecido por V. Exª...

O SR. ARTUR BERNARDES — Muito obrigado.

O Sr. Costa Neto — ... que ocuparei brevemente a tribuna para demonstrar o erro em que V. Exª, infelizmente, está incorrendo.

O SR. ARTUR BERNARDES — Terei satisfação em ouvir V. Exª

O Sr. Coelho Rodrigues — V. Exª acaba de ouvir a palavra de um dos colegas mais ilustres que deixa entrever que o Estatuto deve permitir o auxílio do estrangeiro para exploração das jazidas.

O SR. ARTUR BERNARDES — Minha opinião é a de que não deve permitir, pois sou partidário da exploração do petróleo pelo Estado. Não devemos entregar riqueza desse valor a estranhos.

O Sr. Coelho Rodrigues — A melhor solução é a destilaria estatal.

O SR. ARTUR BERNARDES — Seja como for, sou partidário do monopólio do Estado. Aceito o ato do Governo como manifestação de que vai enveredar por essa política.

O Sr. Coelho Rodrigues — Apreendi de seu discurso que V. Exª havia aberto mão do ponto de vista inicial.

O SR. ARTUR BERNARDES — É um equívoco de V. Exª Precisamos ajudar o Governo e talvez essas instalações de refinarias sirvam para demonstrar que o povo brasileiro tem capacidade para resolver o problema.

Reputo o regime das minas coisa secundária. O essencial é saber se o petróleo será nosso ou de estranhos. O anteprojeto diz que as minas são da União e que o direito da União é inalienável e imprescindível, mas pouco adianta, estabelece preceito que importa na revogação do que antes ficou expresso.

O Sr. Jales Machado — Diante da realidade brasileira, diante dos exemplos palpáveis da falência de todas as iniciativas estatais no Brasil, confia V. Exª em que, na questão do petróleo, faremos uma exceção?

O SR. ARTUR BERNARDES — É outro assunto, meu nobre colega. Estamos tratando de saber se o brasileiro é ou não capaz de explorar por si uma indústria.

O Sr. Jales Machado — Acha V. Exª que o Estado administraria as indústrias bem?

O SR. ARTUR BERNARDES — Prefiro que as nossas indústrias sejam mal administradas, mas continuem nossas, a que sejam bem administradas, e pertençam a estrangeiros.

O Sr. Jales Machado — Pode ser que executemos o plano com capital privado, se tivermos capacidade para isso.

O SR. ARTUR BERNARDES — Como não temos capacidade, se foi brasileiro quem descobriu o petróleo, com capital brasileiro, e máquinas que ele mesmo adquiriu?

O Sr. Jales Machado — O Estatuto do Petróleo não evita a participação do capital estrangeiro; permite essa colaboração.

O SR. ARTUR BERNARDES — É por isso que lhe sou contrário.

O Sr. Jales Machado — O que não acho justo é que se impeça essa colaboração, quando não temos capacidade financeira.

O SR. ARTUR BERNARDES — V. Exª, com esses argumentos, concluirá que não temos capacidade para governar o Brasil.

O Sr. Jales Machado — É diferente. A América do Norte administra muito bem o país, mas todos os serviços públicos que aqui se encontram na esfera estatal, lá são da esfera particular.

O SR. ARTUR BERNARDES — Se nada aprendemos ainda, precisamos começar a aprender. Porque não sabemos administrar, devemos entregar a outros o que é nosso?

O Sr. Jales Machado — Precisamos aprender e vamos aprender. O que não acho justo é que evitemos andar para a frente, à espera dessa capacidade, quando sabemos que ela não existe.

O SR. ARTUR BERNARDES — Contesto. Devemos procurar os nossos homens de capacidade. O Sr. General Horta Barbosa revelou sua capacidade, descobrindo o petróleo. A questão é saber procurar os homens e querer encontrá-los.

O Sr. Costa Neto — Tive o prazer de ler as conferências e os discursos que S. Exª proferiu. Pareceu-me encontrar, entre aqueles que defendem a tese estatal absoluta e a opinião de V. Exª, a seguinte divergência: enquanto V. Exª entende que os capitais brasileiros devem ser mobilizados para a exploração do petróleo — capitais exclusivamente brasileiros e pertencentes a brasileiros...

O SR. ARTUR BERNARDES — Perdão. Não é precisamente isso: o nosso capital pode ser tomado de empréstimo.

O Sr. Costa Neto — Não é a esse ponto que desejo conduzir meu raciocínio. Creio que o pensamento de V. Exª é também o de poderem os brasileiros constituir sociedades que, com seus capitais, explorarão o petróleo. Ele também é o pensamento de V. Exª

O SR. ARTUR BERNARDES — Sou partidário do monopólio estatal.

O Sr. Costa Neto — V. Exª citou ainda há pouco, o fato da descoberta de petróleo no Brasil. Desejaria fazer sentir a V. Exª que o petróleo, em nosso país, foi descoberto por um particular que lutou, anos seguidos, contra o Estado, para conseguir tornar efetiva essa descoberta.

O SR. ARTUR BERNARDES — V. Exª não se esqueça de que já naquele tempo havia, preconcebida, a idéia de ser a indústria do petróleo estatal. Não se poderia deixar que ela caísse em mãos de particular, com o risco de passar-se, logo, para o estrangeiro.

O *Sr. Costa Neto* — Mas, nobre presidente, esse argumento prova um pouco de mais. Os homens públicos entendiam que a indústria devia ser estatal, mas combatiam e entravavam aqueles que desejavam descobrir o petróleo.

O SR. ARTUR BERNARDES — Eles preservavam o interesse nacional, impedindo que as minas e o petróleo caíssem em poder de estrangeiros.

O *Sr. Costa Neto* — O certo é que, se tivesse prevalecido naquela época — em 1938 — a tese estatal, hoje o petróleo não estaria jorrando no recôncavo baiano, porque esses jorros de petróleo naquela região são o resultado de um esforço tremendo e até temerário de particulares, especialmente do antigo Presidente da Bolsa de Mercadoria da Bahia.

O SR. ARTUR BERNARDES — Sim, foi Oscar Cordeiro, como Monteiro Lobato. Conheço essa literatura toda. Mas devemos, agora, encarar o problema no presente: o Brasil não deve entregar o seu petróleo ao estrangeiro. O povo brasileiro está faminto e maltrapilho. Não podemos dar esse presente régio a estranhos, quando podemos fazer dele renda para o Tesouro. E digo que podemos porque foram brasileiros que o descobriram e ele está em caminho de industrialização.

Ninguém dá ao Brasil coisa alguma. Tudo ele paga a peso de dinheiro. Daríamos prova de incapacidade para o governo de nós mesmos se abríssemos não das nossas fontes de petróleo.

Não é tempo, ainda, Sr. presidente de discutir o anteprojeto, mas o presidente do Conselho Nacional do Petróleo determinou, segundo o refere o Sr. Odilon Braga em relatório, fosse o seu trabalho orientado no sentido do art. 153. Foi pena que não se lembrasse do monopólio de Estado permitido em matéria econômica.

O *Sr. Costa Neto* — É o art. 146.

O SR. ARTUR BERNARDES — É exatamente esse o artigo.

O *Sr. Costa Neto* — Mas, nobre presidente, V. Exª acaba de invocar o art. 146. É precisamente quando cessa de falar sobre a propriedade e começa a tratar das atividades, que o Executivo do Petróleo invoca o art. 146 para o efeito de monopolizar todas as fases da indústria do petróleo, desde a pesquisa até a industrialização.

O SR. ARTUR BERNARDES — Meu nobre colega, o anteprojeto do Estatuto é contrário, a meu ver, aos nossos interesses e de difícil compreensão. Não raro o que fica estabelecido em um artigo é modificado no seguinte. Examinando-o, chega-se a essa conclusão.

Mas, falava-se aqui no art. 153 da Constituição. O nobre deputado Costa Neto talvez saiba, como eu, que um dos trustes internacionais mandou emissário especial ao Brasil, para ver se conseguia, na Constituição, que companhias estrangeiras pudessem explorar o nosso petróleo, como se o nosso regime já estivesse podre ou fôssemos um país semi-perdido.

O Sr. Benjamim Farah — A ausação que V. Exª faz é muito grave.

O SR. ARTUR BERNARDES — O emissário informou com grande antecipação do texto com que deveria ser redigido o art. 153 da Constituição, muito antes do mesmo ser submetido à Constituinte.

O Sr. Costa Neto — Nobre deputado, já tive oportunidade de dizer que essa acusação de V. Exª é sobremaneira grave e, no meu entender — e digo isto respeitosamente, porque a pessoa de V. Exª me merece todo o respeito — não é exata.

O SR. ARTUR BERNARDES — Afirmo-o a V. Exª O equívoco é do nobre colega.

O Sr. Costa Neto — V. Exª está profundamente equivocado.

O SR. ARTUR BERNARDES — Diante de documento? Eu possuo documento.

O Sr. Costa Neto — Desejaria que V. Exª respondesse a uma pergunta: quando chegou ao Brasil esse emissário?

O SR. ARTUR BERNARDES — Antes da Constituição de 1946.

O Sr. Costa Neto — Quanto tempo, mais ou menos, antes da Constituição?

O SR. ARTUR BERNARDES — Não queira V. Exª transformar meu discurso em inquérito. Se o desejar terei de depor.

O Sr. Costa Neto — Minha pergunta tem toda a razão de ser. Em 1945, dois anos antes de ser promulgada a Constituição já o presidente do Con-

selho do Petróleo nos debates que então se travavam sobre a orientação política que o Brasil devia seguir, deixava transparecer que nossa política petrolífera devia ser conduzida naquele sentido, depois cristalizado no artigo 153.

O SR. ARTUR BERNARDES — Mas o emissário do truste soube, antes do tempo, como ficaria redigido o texto do art. 163.

E brasileiros o ignoravam!

Em suma: o que desejo declarar é que continuamos a apoiar a ação do Sr. Presidente da República nessa política petrolífera. Enquanto S. Exª preservar, como vem fazendo, os interesses do Brasil estaremos com ele e com ele estará o povo brasileiro, cujas manifestações neste sentido são, hoje, indubitáveis e gerais.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem; muito bem! Palmas.)*

O PETRÓLEO E A HILÉIA AMAZÔNICA

O SR. ARTUR BERNARDES – *(Como líder de partido.)* – Senhor presidente: venho comunicar à Câmara a íntegra de um telegrama, a meu ver expressivo e que interessa à Câmara conhecer.

Entre vários outros, alguns dos quais entusiásticos, que tenho recebido sobre o projeto por mim há pouco apresentado, criando a Organização Petrolífera Brasileira S.A., há um, marcante, por proceder de uma das maiores e mais prestigiosas associações de classes em nosso país – o Clube de Engenharia da Nação brasileira.

Está concebido nos seguintes termos:

> "Em nome do Clube de Engenharia, felicito V. Exª pelo projeto criando a Organização Petrolífera Brasileira e o Fundo do Petróleo. São de se destacar com louvor nesse projeto sua elevada inspiração patriótica e o sentido objetivo do seu conteúdo que lhe garante dentro do quadro real brasileiro a necessária exeqüibilidade. – Atenciosas saudações. – Edison Passos, presidente."

Não preciso dizer à Câmara da alta significação desse telegrama, partindo, como parte, de um viveiro de homens de ciência, ilustres e construtores materiais da nossa Pátria. São, talvez, os mais em condições de julgar o projeto sujeito ao conhecimento da Câmara e de colaborar na solução do grande problema que é o problema do petróleo nacional. Essa manifestação do Clube de Engenharia é para nós alvissareira e deve ser considerada de molde a podermos apreciar com otimismo o projeto apresentado contendo uma solução cem por cento nacional.

O Sr. Coelho Rodrigues – V. Exª me permite um aparte?

Discurso pronunciado na sessão de 3 de outubro de 1949. *Diário do Congresso Nacional*, 4 de outubro de 1949.

O SR. ARTUR BERNARDES — Com todo o prazer.

O Sr. Coelho Rodrigues — Os jornais noticiaram que o Conselho Nacional do Petróleo havia encaminhado ao Sr. Presidente da República uma proposta de aproveitar os nossos saldos e cambiais na Tchecoslováquia para uma destilaria a um concessionário cuja concessão já está caduca. Veja V. Exª como a orientação do Governo ainda vai às cabeçadas.

O SR. ARTUR BERNARDES — É questão a ser resolvida à parte.

O que ora está sujeito ao voto da Câmara é o projeto por mim apresentado. Ela terá de decidir sobre ele, e, conforme sua decisão terá esta de prevalecer, mesmo para o Poder Executivo.

O Sr. Coelho Rodrigues — Mas se a concessão for revalidada e a destilaria comprada com as nossas divisas o projeto chegará tarde.

O SR. ARTUR BERNARDES — O projeto cria refinarias novas; nada tem com outras concessões feitas, cuja validade será discutida a seu tempo. Por agora, temos de tratar do projeto que apresentei.

O Sr. Coelho Rodrigues — Mas o prazo da discussão da validade já passou.

O SR. ARTUR BERNARDES — Sr. presidente, aproveito a minha presença na tribuna para formular dois requerimentos de informação ao governo.

A imprensa desta Capital publicou o seguinte telegrama:

> "Paris, 27. Diante das Comissões de Programa e Orçamento, reunidas, da UNESCO, a representante do Brasil, Sra. Heloísa Alberto Torres expôs com eloqüência, quando da discussão sobre orçamento a conceder para o financiamento do Instituto da Hiléia Amazônica, a utilidade desse Instituto para o futuro dos diferentes países da América Latina que possuem território na região amazônia." (*Correio da Manhã,* 28 de setembro de 1949.)

A ser exata essa notícia, a UNESCO acaba de reunir-se em Paris para discutir assuntos pertinentes ao seu programa, e, na reunião, a delegação do Governo brasileiro fez declarações inequívocas, hipotecando a atitude do País e a orientação da conduta do seu governo em matéria que não só não foi ainda aprovada pelo Congresso, mas se acha submetida a cuidadoso exame por parte da Câmara dos Deputados.

Mais ainda: a fim de deliberar com perfeito conhecimento a respeito e em forma que se atenda às conveniências nacionais, no que elas significam de mais delicado, fez a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados consulta, de natureza especial, a determinado órgão do Executivo Federal, cuja resposta está sendo objeto de meditado estudo.

Será assim possível que, não aprovada pelo Legislativo a Convenção de Iquitos, na qual se prevê a criação do Instituto da Hiléia Amazônica, as preocupações atuais da delegação deverão ser desautorizadas pelo Governo, e pelo Ministério das Relações Exteriores, dando-se, assim, o dito por não dito, o que é conduta das menos desejáveis em qualquer caso, e especialmente de se lamentar, nas esferas internacionais e diplomáticas, visto como, além do significado moral que encerra vacilação dessa ordem, será um atestado da falta de orientação em nossa vida representativa e em nossas relações exteriores.

O Sr. João Botelho — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ARTUR BERNARDES — Pois não.

O Sr. João Botelho — Por ocasião da Primeira Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, presidindo o seu modesto colega a comissão criada naquela Conferência, sob o título de Comissão de Valorização da Amazônia, tive oportunidade de endossar, inteiramente, o ponto de vista de V. Exª não só como ex-Presidente da República, mas, ainda, como ilustre parlamentar da nossa Pátria, no sentido de que não se fizesse, absolutamente, a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Nessa oportunidade, a tese foi favorável ao ponto de vista de V. Exª, e tenho neste ensejo grande prazer de me congratular com o meu ilustre amigo, ex-Chefe da Nação e um dos mais altos pontos do Parlamento do Brasil, porque propugna, justamente, a tese mais aconselhável da defesa das nossas tradições, do nosso passado e da nossa soberania.

O SR. ARTUR BERNARDES — Agradeço a V. Exª as boas palavras a meu respeito e me congratulo comigo mesmo pela coincidência de opiniões a respeito de assunto dessa magnitude.

Em face do exposto, requeiro que, por intermédio da Mesa, se peçam ao Ministério das Relações Exteriores as seguintes informações:

1º) qual a índole da reunião da UNESCO a que se refere a notícia publicada no comunicado aludido, alcance de suas decisões, agenda,

composição da delegação do Brasil ao certame e títulos dos membros componentes;

2º) se algum dos membros da delegação teve mandato não-oficial e, no caso afirmativo, qual ou quais;

3º) se a agenda da reunião foi previamente estudada pelo Itamarati e se a delegação recebeu instruções em forma expressa ou por outro conveniente, pela qual pautasse a sua atitude e ação;

4º) quais, na hipótese afirmativa, foram essas instruções e se foi tomada em consideração achar-se transitado no Congresso, para aprovação e ratificação, a Convenção de Iquitos;

5º) no caso de não ter sido a delegação instruída em forma regular, quais as razões dessa omissão.

Está datado e assinado.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 1949. — *Artur Bernardes*, presidente da Comissão de Segurança Nacional.

Ao mesmo tempo em que se comunica de Paris, pela imprensa, que a Sra. Heloísa Torres, diretora do Museu Nacional, ao discutir na UNESCO o orçamento a ser aprovado para o financiamento do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, expôs com eloqüência a utilidade desse organismo para o futuro dos diferentes países da América Latina que possuem território na região amazônica — estampam os jornais uma notícia transmitida pela United Press, segundo a qual, uma grande expedição francesa explorará aquela imensa zona, cujos preparos vêm sendo feitos há dois anos.

A notícia é detalhada e entre outras coisas dá como certa a partida da expedição em novembro, zarpando de Liverpool, diretamente a Manaus.

Como se sabe, antes que o Congresso se tenha pronunciado pela aprovação do Convênio de Iquitos, promovido pela UNESCO e assinado por delegados brasileiros, e antes que tal ato houvesse sido ratificado pelas Altas Partes Contratantes, instalou-se em Manaus uma Comissão Executiva interina do Instituto ainda não juridicamente constituído.

Agora, reeditando a tentativa da famosa expedição Iglésias, anterior à Segunda Grande Guerra, cujas aspirações não se realizaram ao tempo da Liga das Nações forma-se essa expedição de ampla envergadura,

cuja composição e objetivos devem merecer acurado estudo dos homens brasileiros competentes, tanto mais quanto é preparada e orientada em perfeita coincidência com os propósitos da UNESCO e de outros organismos internacionais e, ao que parece, sem consentimento prévio ou mesmo entendimento com as nossas autoridades.

Esta última afirmativa pode ser feita tendo-se em vista as declarações do presidente do Conselho de Expedições Artísticas e Científicas, estampadas na edição de *O Globo* de 30 de setembro último, nas quais deixa patente a inexistência de quaisquer formalidades legais para que possa ser realizada, em forma regular, a expedição anunciada.

Evidentemente, não desejamos prejudicar o progresso da ciência nem isolar o Brasil do planeta. Nem tampouco vedar a associação de grandes recursos da ciência e da técnica em favor do nosso desenvolvimento, se feita de modo conveniente. Cabe-nos, porém, o direito de não permitir a livre prática do internacionalismo em detrimento da nossa soberania e da nossa formação.

Antes de deter-nos no exame da questão em forma demorada, vou enviar à Mesa o seguinte requerimento:

Requeiro que, por intermédio da Mesa, se peçam ao Ministério das Relações Exteriores, com a possível urgência, as seguintes informações:

1) Se tem conhecimento da expedição em apreço, quer diretamente através da embaixada do Brasil em Paris, quer indiretamente, por qualquer outro conduto oficial;

2) Se a expedição anunciada tem ligações com a UNESCO e os seus programas; se é por ela subvencionada ou se dela recebe ou vai receber qualquer auxílio por outra forma previsto.

Outrossim, queira informar o Ministério da Agricultura o que lhe constar a respeito.

Está datado e assinado.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 1949. — *Artur Bernardes*, presidente da Comissão de Segurança Nacional.

O Sr. João Botelho — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ARTUR BERNARDES — Com muito prazer.

O Sr. João Botelho — Entre os pontos de vista esposados nessa 1ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, existia e existiu, o de que, efetivamente, o conhecimento das riquezas da região amazônica, nos limites do nosso País, riquezas que foram estudadas por cientistas de muitas raças, não se compadecia com a circunstância da fundação do Instituto Internacional da Hiléia. Citávamos então, nessa oportunidade, que os Institutos Regionais, *verbi gratia*, o Museu Paraense Emílio Goeldi, por onde passaram cientistas renomados, deveriam ser o fulcro, o ponto de apoio dentro da soberania do País, para exploração das riquezas regionais da Amazônia brasileira. Como sabe V. Exª a Amazônia, no sentido elástico dos seus limites, é tanto brasileira como boliviana, peruana, equatoriana etc. Assim V. Exª defendendo a desnecessidade da criação do Instituto Internacional da Hiléia, que, conforme provou sobejamente, é atentatório à nossa soberania, se coloca, como sempre, ao lado das tradições da nossa Pátria na defesa impertérrita dos direitos de nossa soberania. Era o que pretendia dizer a V. Exª como intransigente defensor da tese pela qual V. Exª pugna, com a qual, segundo li, está de acordo o Estado-Maior das nossas Forças Armadas.

O SR. ARTUR BERNARDES — Muito agradecido pelo aparte de V. Exª

Sr. Presidente, pelo noticiário dos jornais parece que essa expedição visa a dois objetivos: a Hiléia Amazônica e o Canal de Cassiquiare, pequeno rio que liga o rio Negro ao Orenoco, na Venezuela. Por mais diferentes que pareçam estas duas questões, é de suspeitar-se que elas se liguem para o mesmo objetivo.

Da Hiléia Amazônica tem a Câmara algum conhecimento, pelo parecer que emiti a respeito na Comissão de Segurança Nacional. Do caso desse Canal de Cassiquiare a Câmara, penso, não terá notícia alguma; é, porém, questão altamente interessante para o Brasil, pois se projeta alargar essa canal para o efeito da ligação e para facilitar nele a navegação de navios de maior calado.

Há acerca desse assunto brilhante artigo de um coronel de nossa engenharia — o Sr. Abelardo Fialho — na revista *Rodovia*, no qual expõe a questão e mostra o interesse a ser defendido pelo Brasil.

O Canal de Cassiquiare está no extremo norte do Amazonas. Sua defesa militar não é fácil por se achar a zona muito distante das bases

de operações. Seu alargamento importaria no escoamento de todo o comércio da bacia do Amazonas e de seus 14 afluentes para a Venezuela quando esse comércio, naturalmente, terá de vir em demanda de Manaus e de Belém do Pará. Dos riscos políticos desse alargamento não preciso dizer aos nobres colegas, neste instante, basta uma inspeção no mapa, para ver que ao Brasil não convém essa transformação no que a natureza ali criou em nossa defesa.

O anseio por essa obra refletiu no recente Congresso de Engenharia de Petrópolis, que parece haver sido convocado para o Brasil, precisamente para dar prestígio a essa idéia contrária aos nossos interesses. Apesar de se achar nesse Congresso grande número de engenheiros estrangeiros, nenhum deles ao que me consta aventou a iniciativa. Estava a providência reservada a engenheiro brasileiro.

Por tudo isto, Sr. Presidente, espero que a Câmara aprove os meus requerimentos. Em ocasião oportuna, estarei pronto a esclarecê-la completamente sobre esses dois assuntos, que são da maior gravidade para a soberania brasileira. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é abraçado.*)

A EXPLORAÇÃO NACIONAL DO PETRÓLEO — I

O SR. ARTUR BERNARDES — Sr. presidente, está definitivamente desfeita a lenda de que o Brasil não pode explorar por si a indústria do seu petróleo. Da Bahia, chega-nos a notícia de que a gasolina brasileira já está sendo usada nos departamentos do Estado. Há, ali, montada pelo Governo uma refinaria com a capacidade de 2.500 barris diários, o que já vai, em parte, atendendo as necessidades do consumo daquela região.

É esse o maior desmentido à errônea afirmação dos que pregam que só estrangeiros podem resolver aqui o problema do petróleo e que por isso, devemos dar-lhes o petróleo em forma de concessão. Esse tem sido o *slogan* de estrangeiros, que sonham com o regime das concessões, e o equívoco de alguns brasileiros, que o repetem de boa-fé.

Entretanto, é preciso não esquecer que foram brasileiros que descobriram aqui o petróleo, com dinheiro brasileiro, com técnicos contratados e com máquinas adquiridas. A solução não foi nenhum bicho-de-sete-cabeças, e não o será para o futuro. Basta considerar que estamos a caminho de prover as nossas necessidades em matéria desse combustível. Já temos funcionando na Bahia, uma refinaria com a capacidade produtora de 2.500 barris diários; já adquirimos a de Cubatão, com capacidade de produção de 45 mil barris diários e temos a do Rio de Janeiro não só projetada e contratada, senão com financiamento assegurado.

Ao todo, essas três refinarias produzirão 92.500 barris diários, quando o consumo nacional é ainda inferior a 80.000. Estaremos, assim, com a gasolina necessária ao nosso consumo e, até com um pouco de excedente.

Resta agora que o Departamento Nacional do Petróleo vele por que seus perfuradores de poços, não se limitem a aflorar apenas o terreno ou a descer a pequenas profundidades, para não consumirem em vão

---

Discurso pronunciado na sessão de 9 de novembro de 1950. *Diário do Congresso Nacional*, 10 de novembro de 1950.

as verbas que lhe destinarmos, mas que atinjam a profundidades que a natureza do solo reclamar.

À medida que damos um passo à frente na execução do nosso programa de realizações petrolíferas, sente-se que estrangeiros interessados nas concessões apertam o cerco ao oficialismo.

Ainda agora, um dos sindicatos especializados na matéria procura assustar o Governo com a possível falta de gasolina para suprir as necessidades nacionais, fundando-se em que a guerra aí vem e há pequena estocagem do produto nos próprios países que o vendem.

Deve haver algum exagero nisso, porque uma nova guerra nunca saiu das cogitações dos povos fortes e previdentes como acontecimento possível, a qualquer hora. Devem, pois, ter grandes provisões deste combustível; mas, quando assim não fosse e houvesse escassez de gasolina a Nação tem no álcool um sucedâneo de primeira ordem. Sua eficiência foi comprovada em dias recentes.

Quando, no começo da minha atividade parlamentar no âmbito federal, como deputado pelo Estado de Minas Gerais e seu representante nesta Casa, entravam no Brasil os primeiros automóveis, nós, desejosos de servir a economia da Nação, pensamos em substituir a gasolina pelo álcool, com o fim de evitar a importação do combustível estrangeiro. Os interessados no comércio de gasolina, porém espalharam que o álcool estragaria o motor e nós, brasileiros, de boa-fé, vivemos durante mais de cinqüenta anos a repetir esta balela. O resultado foi que a economia brasileira sofreu enormemente com o consumo de um combustível que poderíamos suprir perfeitamente.

Com a falta da gasolina na última guerra, tivemos todos, no interior, necessidade de usar o álcool. Eu próprio dou testemunho de que na usina açucareira que então fundara, utilizamos o álcool para transporte em caminhões e outros veículos com excelentes resultados. De paragens longínquas de Minas iam caminhões à nossa usina em busca de álcool e o levavam para todas as partes do Estado, principalmente para indústrias siderúrgicas. Os veículos funcionaram magnificamente e nenhum motor se estragou. Por isso, tive, às vezes, a suspeita de que o inspirador da criação do Instituto do Álcool no Brasil havia sido algum interessado no fornecimento da gasolina.

Sr. Presidente, na verdade, o álcool tem hoje, preço superior ao da gasolina; mas é também certo que, quando o Governo se resolver a fazer

maior emprego desse nosso produto por um reajustamento econômico capaz de barateá-lo, poderemos economizar grandes somas hoje aplicadas no consumo da gasolina.

A utilização, agora, desse combustível brasileiro em veículos nacionais, na Bahia e, provavelmente, nos Estados vizinhos constitui acontecimento de alta significação nacional. À vista dele, deliberei trazer os fatos ao conhecimento da Câmara e da Nação, a fim de meditarmos sobre assunto de tanta relevância para a economia brasileira. Ao mesmo tempo, apresento à Casa e ao País minhas sinceras congratulações. (*Muito bem; muito bem!*)

A EXPLORAÇÃO NACIONAL DO PETRÓLEO — II

O SR. ARTUR BERNARDES – Sr. presidente, em discurso, proferido, a 16 do corrente, pelo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Sr. general João Carlos Barreto, há um trecho em que o seu autor declara o seguinte:

"Devo, finalmente, acentuar que os produtos derivados da refinaria de Mataripe, serão entregues às companhias importadoras de petróleo para a respectiva distribuição reconhecida a excelência da vasta rede de que são as mesmas dotadas em todo o País."

A distribuição do petróleo, Sr. presidente, é uma das mais lucrativas operações por que passa a indústria do óleo negro e é, ao mesmo tempo uma das mais simples. Ela também não está sujeita a risco de espécie alguma.

Segundo balanços de 4 das 8 companhias estrangeiras sediadas no Distrito Federal, publicados no *Diário Oficial* de 1947 e relativas ao ano de 1946, os lucros por ela auferidos foram extremamente elevados em face dos seus respectivos capitais, como tive ensejo de mostrar em conferência de 1948, realizada no Clube Militar.

A distribuição do combustível, em nosso País, dizia eu, então, acha-se hoje praticamente em mãos das grandes companhias estrangeiras que importam petróleo refinado, oriundo em geral de seus próprios campos petrolíferos e usinas no estrangeiro, ao preço do mercado mundial. A este preço, incluindo já os lucros da produção, da refinação e do transporte, acrescenta-se o lucro de distribuição no Brasil, o qual é extremamente elevado, como se verifica nos balanços das próprias companhias.

Entre oito companhias com sede no Distrito Federal e controlando a grande maioria do comércio no País, quatro companhias estrangeiras efetuaram cerca de noventa por cento dos negócios.

Discurso pronunciado na sessão de 19 de dezembro de 1950. *Diário do Congresso Nacional*, 20 de dezembro de 1950.

Eis aqui os principais itens dos balanços dessas companhias, publicados no *Diário Oficial*, durante o ano de 1947, e relativos ao exercício de 1946:

Companhias

Standart Oil Co. of Brazil .....
Sheell Mex Brazil Ltda. .....
Atlantic Refining Co. of Brazil .....
The Caloric Co. .....
Total das quatro companhias .....

Nota — Como as reservas são tiradas dos lucros líquidos devem ser somadas as duas parcelas, num total de .....

Lucros das Companhias Estrangeiras

O lucro líquido representou cento e sessenta e oito por cento sobre o capital e setenta e dois por cento sobre o total do capital e das reservas. Para a Standard Oil, a maior companhia operando no País, o lucro líquido correspondia a trezentos e trinta e dois por cento do capital e a duzentos e vinte e um por cento sobre o total do capital e reservas. E é de notar que a Standard Oil, como também as outras companhias, já formaram a maior parte do capital e das reservas com os lucros acumulados durante a guerra, no Brasil.

É evidente que os lucros das companhias — de quase um bilhão de cruzeiros em 1946, somando reservas e lucro líquido — constituem não somente pesadíssimo encargo para os consumidores, como também uma despesa onerosa para a nossa balança de pagamento, de vez que os lucros são, mais cedo ou mais tarde, transferidos para a matriz, seja sob forma de dividendos, seja sob outra qualquer.

Só os lucros advindo da distribuição do petróleo no Brasil, exclusão feita dos que decorrem do comércio do petróleo bruto, da refinação e do transporte, dariam ao Governo margem (cerca de um bilhão de cruzeiros), para montagem da indústria. Com a cessação da importação do petróleo para o consumo interno economizaria, como se vê, avultadíssima soma de divisa.

Estes dados dão bem idéia do valor comercial do petróleo e dos lucros que ele proporciona, e de quanto a Nação perde deixando a outros a exploração da lucrativa indústria.

Esses lucros, fabulosos, decorrentes de uma das mais fáceis operações da indústria petrolífera, não podem passar para mãos de estrangeiros, mas devem pertencer à Nação.

Devemos esperar, portanto, que os poderes públicos não façam da distribuição do petróleo objeto de concessão ou cessão, mas que entreguem a companhias estrangeiras por prazo *limitadíssimo* de tempo, e, que adquiram e montem, quanto antes, a aparelhagem necessária à distribuição do combustível pelo País.

Não se perca de vista que a Nação se acha em extrema penúria, com o Erário exausto, a maioria do povo andrajoso e faminto e o Banco do Brasil emitindo somas astronômicas para pagamento de despesas ordinárias. O estado social é de pré-revolução, em face da miséria reinante, e nada justificaria que os poderes públicos contratassem a distribuição do petróleo por longo prazo, em detrimento da economia da Nação.

Não me move nenhuma aversão a estrangeiros ou a capital estrangeiro, mas o exato conhecimento da situação desesperadora em que se encontra o nosso País. *(Muito bem; muito bem!)*

O ANTEPROJETO DO GOVERNO SOBRE O PETRÓLEO

O SR. ARTUR BERNARDES *(Como líder de partido.)* — Sr. presidente, como devemos, nesta reunião extraordinária, resolver o problema do petróleo, e as Comissões Parlamentares já se apresentam para o estudo do anteprojeto do Executivo enviado à Câmara, para nosso exame e julgamento, entendi de bom alvitre fazer algumas considerações sobre o importante assunto, antes que os nossos colegas componentes das Comissões empenhem ali seu voto. Desejo evitar que eles se sintam, mais tarde, constrangidos para modificá-lo, quando se estabelecer aqui o grande debate.

O petróleo deve ser situado por todos nós num campo neutro, inteiramente alheio à política...

O Sr. Benjamin Farah — Muito bem.

O SR. ARTUR BERNARDES — ... superior aos partidos e ao próprio Governo, porque iremos jogar nesta batalha os destinos da Nação. Saibamos defender essa grande fonte de riqueza da nossa pátria e que não nos suceda o mesmo que sucedeu com o minério de ferro.

Tivemos, no passado, o monopólio do minério e o mundo inteiro vivia sequioso por ele. Nenhuma nação tinha minério do alto teor do minério brasileiro; ninguém o possuía e em tão grande quantidade e de tão fácil extração.

O Presidente americano Theodoro Roosevelt, impressionado, em 1909 ou 1910, com o próximo esgotamento das minas de minério de ferro, convocou um congresso de metalurgistas para Estocolmo. Alarmados andavam os metalurgistas a respeito desse esgotamento. Dois representantes brasileiros do mais alto valor na engenharia nacional, os engenheiros Gonzaga Campos e Orville Derby, informaram ao Congresso haver em

---

Discurso pronunciado na sessão de 1.º de fevereiro de 1952. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. III. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1952, p. 164-172.

Minas Gerais esse minério em grande quantidade e de excelente qualidade. E isto tranqüilizou o mundo. Logo após o encerramento do congresso, emissários de quase todos os países se dirigiram para Minas Gerais, à caça dos terrenos em que jazia tal minério.

Nessa época, tinha eu a honra de ser, ali, o secretário das Finanças do Governo do saudoso brasileiro Bueno Brandão, e nessa qualidade tomei conhecimento das aquisições de terrenos, sempre feitas por ninharia. Povo de agricultores, os mineiros viam nas montanhas de ferro verdadeiros trambolhos que lhes dificultavam o trabalho agrícola.

Organizou-se, então, o sindicato da "Itabira Iron", para obter do Brasil a concessão do minério. Vindo ao Governo da República esse obteve a concessão. Mas como as jazidas se achavam em Minas Gerais e a saída do minério estava constitucionalmente sujeita ao imposto de exportação, passou o sindicato a depender de outro contrato com o Governo do meu Estado. Procurado por esse sindicato, já então presidente do Estado, tomei conhecimento do assunto e não podia concordar com o ato do Governo Federal. É que, no contrato federal, em troca de grandes e numerosos favores solicitados ao Governo da União, e de outros pedidos ao Estado de Minas, a Itabira fazia uma vaga promessa de fundar no Estado uma usina siderúrgica com capacidade produtora de 150 mil toneladas, anuais. É sempre com engodos semelhantes que os sindicatos nos procuram para obter concessões. Verifiquei que a Itabira não punha sinceridade em sua promessa e que no Governo Federal se havia admitido que ela pudesse em vez de se obrigasse a fundar a usina. Recusei-me, por isso, a assinar contrato com a Itabira, de quem exigia a modificação do verbo "poderá' para "obrigar-se-á". Em torno disso, girou toda a disputa, sem que pudéssemos chegar a um acordo. Verificamos, assim, que a Itabira não tinha propósito algum de fundar a usina, mas queria apenas obter a concessão do minério. Este engodo com que ela conseguiu iludir o Governo Federal de então assemelha-se ao utilizado pela UNESCO no caso da Hiléia Amazônica, em que o pretexto de fundar o Instituto Internacional da Hiléia acobertava o assenhoreamento de toda a Amazônia, isto é, dos Estados do Amazonas, Pará e de parte dos do Maranhão, Mato Grosso e Goiás. Assemelha-se, ainda, ao que foi usado no anteprojeto remetido pelo Executivo, sobre o petróleo. Mas a este assunto terei de voltar daqui a pouco.

Sr. presidente, no caso da Itabira, a democracia resistiu às suas pretensões. Ela pretendeu celebrar novo contrato com o Governo Federal

e chegou a pleitear sua aprovação pelo Poder Legislativo. Eu já havia então passado pelos três governos e era aqui, então, simples deputado, quando voltei a impugnar o contrato e impedi sua aprovação.

Tenho por assentado que, em virtude deste embaraço criado pela liberdade da discussão no Parlamento, e fora dele, os trustes conspiraram contra a democracia no Brasil e ajudaram o estabelecimento da ditadura. O certo é que o que à Itabira não foi possível obter na vigência da democracia, tornou-se realidade na vigência da ditadura!

Assim, o Brasil, que detinha o monopólio do minério de ferro em todo o mundo e possuía, nas suas jazidas ferríferas, a maior riqueza da nação, perdeu esse monopólio, que se deslocou para duas grandes potências. Isto se deu num dos famosos Acordos de Washington.

Cumpre acentuar que, sendo o minério de ferro o produto de maior procura, pelo receio de esgotamento das minas de melhor qualidade, demos a estranhos o monopólio que nos pertencia. O minério brasileiro é de fácil extração, porque se faz a céu aberto, dispensando galerias, que existem no comum das explorações.

Chegando os Estados Unidos à conclusão, publicamente declarada, de que, dentro de quarenta anos, estariam esgotadas as suas minas de bom minério, o Brasil, que tinha nas suas uma fonte de extraordinária renda, não sei por que razão abriu mão do seu monopólio, em troca não se sabe de quê! O certo é que o minério da Itabira, no Vale do Rio Doce, que é a melhor saída para o mar, por ser o mesmo descendente e reduzir o custo do transporte, com a economia de carvão, de material fixo e rodante da via férrea, não traz, que eu saiba, vantagem alguma para o Brasil. Esse minério passou a constituir monopólio de duas grandes potências.

O Sr. Eusébio Rocha — V. Exª, ao focalizar a política do minério brasileiro, faz bem em lembrar à Nação que os minérios não dão segunda safra e que toda a nossa política deve girar em torno de conquistar para o país vantagens de industrialização, criando realmente bens reprodutivos ao invés de criar buracos que transformam a nação em improdutiva e a escravizam à economia dos grandes grupos internacionais.

A Câmara está ouvindo o discurso de V. Exª com a máxima atenção, porque urge se fixem as linhas fundamentais da política mineira no Brasil e de sua reserva petrolífera.

O SR. ARTUR BERNARDES — Tomo, talvez, tempo demasiado à Câmara. (*Não apoiados*). Mas precisava invocar esse fato, de vez que estamos na iminência de incorrer no mesmo erro com o petróleo, que vale muito mais que o minério de ferro.

O Brasil situou-se em posição ridícula, com a concessão feita às duas potências: teve de contrair empréstimos, para dar saída a esses minérios que são de outros e recebeu o produto da operação em materiais para serem ali aplicados, e por mãos de representantes estrangeiros. Constituiu-se uma companhia, com três diretores, entre os quais um do Brasil. Quer dizer que o Brasil tem, na diretoria, um voto contra dois. Ficou o nosso país numa situação de *operário*, encarregado de extrair o minério, transportá-lo por via férrea e embarcá-lo, em proveito de outros. Precisamos evitar que tal aconteça com o petróleo brasileiro.

Não tenho *parti pris* com nação alguma, nem com estrangeiros. Como admitir que um homem, que se viu investido de tantas responsabilidades, tenha apoucamento intelectual, moral e cívico, a esse ponto? Do trato, porém, que tive, em longo tirocínio de vida política e governamental, com os estrangeiros que aqui vinham tratar de altos negócios, transformei-me no maior defensor dos interesses do Brasil, isto é, passei a ser "nacionalista", na frase geral. Infelizmente, tal qualificativo é hoje empregado pejorativamente em nossa terra, quando, muito ao contrário, cada um de nós podia orgulhar-se desse título, visto não significar apenas amor ao Brasil e disposição para defendê-lo, mas, acima de tudo, resistência aos subornos do capital estrangeiro. *(Muito bem!)*

Ainda é cedo, eu o sei, para entrarmos, propriamente, na discussão do anteprojeto enviado a esta Câmara. Mas, como vários de nossos colegas participam de comissões encarregadas do seu estudo, receio que S. Ex.as empenhem nesses órgãos técnicos o seu voto e, depois, sintam-se em dificuldade para modificá-lo no grande debate que se vai estabelecer neste plenário.

Quero, por isso, fazer-lhes um apelo para que reflitam duas vezes, antes de emitirem seus votos, nessas Comissões, porque o petróleo é um *patrimônio sagrado* da Nação. Ele responderá pela sua segurança, no futuro, se soubermos mantê-lo em nossas mãos. O petróleo deve ser considerado pólvora sem a qual o Brasil não se poderá defender em certas emergências.

Tenho para mim que o projeto enviado à Câmara ilaqueou a boa fé do Sr. Presidente da República. Quer por atos, quer por palavras, S. Exª sempre se manifestou nacionalista, no que concerne às nossas riquezas minerais. Pleiteando sua eleição à Presidência, todos nós lembramos das promessas feitas e das afirmações de que o petróleo devia ser explorado pelo Estado.

Pelo que conheço do estilo dos trustes, pelo que sei das suas armadilhas nos contratos que celebram, nos estatutos que formulam e que sujeitam ao nosso conhecimento; pelo que conheço, este projeto é originário de truste, teria sido passado às mãos de um dos seus "testas-de-ferro" que, por sua vez, encaminhou às mãos de um economista que prestava assistência ao Presidente da República.

O Sr. Gustavo Capanema — Permita o nobre orador um aparte. Posso assegurar que as informações a esse respeito dadas a V. Exª são inteiramente inexatas. O Presidente da República não é homem de boa fé, nesse sentido de homem simplório. S. Exª é vigilante e esclarecido. Errar, todo o mundo erra. Se estiver errado, terá sido esse erro natural das condições humanas; mas nunca terá sido levado ao erro pela influência de um truste, de um sindicato, de uma corporação que advogue contra os interesses do Brasil. Posso assegurar mais a V. Exª, que o projeto enviado pelo Sr. Presidente da República ao Congresso, sobre o petróleo, reflete aquilo que, no seu estudo e na sua experiência, pareceu a S. Exª a melhor solução para a situação presente do nosso país.

O SR. ARTUR BERNARDES — Faço justiça ao Sr. Presidente da República, e o faço com o devido apreço; por isso, disse que S. Exª teria sido ilaqueado na sua boa fé. Não admito em S. Exª um erro de vontade; admito, porém, essa hipótese, por haver grande antítese, grande contradição entre o projeto e a exposição de motivos. A exposição de motivos é nacionalista, mas o projeto não o é. O projeto é entreguista.

O Sr. Eusébio Rocha — Ao examinar a mensagem presidencial, verifiquei este contraste entre o projeto e a linguagem clara, coerente da sustentação do projeto. Falando ao Sr. Presidente da República, talvez menos nesta qualidade do que na de chefe do meu partido, talvez menos como Presidente da República do que como aquele homem com que conversei tantas vezes, no longínquo Rio Grande do Sul, expus a S. Exª as minhas dúvidas e de S. Exª ouvi a afirmativa categórica de sua surpresa por não ter sido eu ouvido pelo assessor incumbido de relatar, de preparar o projeto. S. Exª reafirmou a mim a sua concepção nacionalista em ma-

téria de petróleo. Esta a verdade que repito à Nação, como expressão viva do meu patriotismo. Estou certo de que o Sr. Presidente da República não recuou de suas convicções, solidário com a tradição do passado.

O SR. ARTUR BERNARDES — Corroborando o aparte de V. Exª, lembro que, mesmo depois de haver remetido o anteprojeto a esta Câmara, o Sr. Presidente da República, na excursão que fez à Leopoldina, para a inauguração de máquinas ainda manifestou seu ponto de vista nacionalista, quando disse que os limites da economia brasileira deviam coincidir com os limites políticos da Nação. Quero fazer justiça a S. Exª

O Sr. Heitor Beltrão — Precisávamos fixar, de uma vez, este aspecto da questão. V. Exª e toda gente sabe que há uma grande diferença entre a linguagem da mensagem e os termos do projeto. O líder da maioria declarou que o Sr. Presidente da República não foi ilaqueado por ninguém e não é homem de boa fé (*Riso*). Diz o ilustre autor de um outro projeto sobre petróleo, que procurou o Sr. Presidente da República e S. Exª ficou admirado de que a mensagem não estivesse nos termos do projeto. De duas, uma: ou o Sr. Presidente da República foi ilaqueado na sua boa fé, ou o Sr. Presidente da República não é nacionalista. Precisamos fixar de modo positivo este ponto, para que a Câmara, ela também, não seja por sua vez ilaqueada em sua boa fé.

O Sr. Lobo Carneiro — Se o Sr. Presidente da República foi ilaqueado em sua boa fé, como muitos dizem, cabe a S. Exª, hoje mesmo, mandar declarar a esta Casa que seu projeto não é o enviado com a mensagem e, sim, o projeto do Deputado Eusébio Rocha.

O SR. ARTUR BERNARDES — Eu pediria aos nobres deputados me permitissem prosseguir em minha exposição. Quando me referi ao ilaqueamento da boa fé do Sr. Presidente da República, estabeleci apenas uma hipótese, que admito para explicar a divergência entre a linguagem da exposição de motivos e o projeto.

Agora, frisava eu, quanto às origens do projeto, que ele foi, evidentemente, elaborado com má-fé. Num projeto daquela natureza, escusava declarar-se que a sociedade a organizar-se teria de aumentar o seu capital em debêntures e em ações preferenciais até 1956. É uma declaração escusada, por ser direito que militava em favor de qualquer firma individual ou coletiva, como de qualquer sociedade anônima, o de lançar empréstimos, escolher a sua natureza etc.

No caso, porém, era preciso que ficasse, desde logo, estabelecido, porque o esclarecimento seria uma pedra de xadrez no jogo que o autor do projeto precisava preparar.

Ele tem armadilhas e a primeira é esta. Aparentemente, o projeto figura assegurar uma solução nacionalista; mais adiante, porém, no mesmo instrumento, deixa porta aberta a que o controle da sociedade se escape das mãos do Governo para as de particulares que, no caso, serão os maiores acionistas, isto é, os trustes.

Sr. presidente, eu queria solicitar a atenção dos Srs. deputados que compõem as Comissões, para, como acentuei, refletirem duas vezes, antes de emitirem seu voto, ou, então, que o façam, pelo menos, com restrição mental, até ouvirem, aqui, os largos debates que se estabelecerão sobre esse magno assunto

Dirijo também um apelo ao Sr. Presidente da República. S. Exª, que sempre se revelou nacionalista, e que o fez, sobretudo, em relação ao petróleo; S. Exª, que chefia um partido popular, S. Exª, que foi eleito pelas massas populares, S. Exª, de quem o povo faz seu ídolo político, S. Exª precisa considerar que o Brasil não pode propiciar dádivas à custa do patrimônio da Nação. Por que essa concessão a estrangeiros? Algum país faz, porventura, coisa semelhante?

Considera-se que os trustes já subscreveram a maior parte das ações nessas refinaria, que foram concedidas. Eles são possuidores, no mínimo, de 2/3 daquele capital. Deixa-se-lhes, agora, 49% nessa nova organização. Os trustes, portanto, acabariam senhores da maioria das ações e, portanto, do controle da indústria do petróleo, coisa em que não se pode converter.

Nenhum brasileiro deve concordar com isso, porque vivemos, no Brasil, alienando, dia-a-dia, a segurança de nossa soberania, sem o percebermos.

Somos um povo desavisado. Espero ter oportunidade de proferir um ou mais discursos, talvez em sessão secreta, se me for concedido, para abrir os olhos dos brasileiros. Estamos como um certo animal que caminha para a boca da serpente, atraído, sem poder evitá-lo. É a situação em que o Brasil se vai colocando por suas próprias mãos. Aí está o caso do minério de ferro, que citei; aí está o caso da hiléia amazônica, em que nós mesmos entregamos território sagrado, território brasileiro, a estrangeiros, que viriam desintegrar o território nacional. É esta a situação — repito. Parece que o Brasil entra em delinqüência, e cumpre evitá-lo enquanto é tempo.

Lembro ao Sr. Presidente da República que S. Exª é chefe de um partido popular, S. Exª tem no povo o seu melhor amigo e não deve esquecer que o nosso povo não se acha somente em estado de miséria, mas em situação de penúria na extraordinária maioria. O povo brasileiro não tem pão e não tem roupa. Vive subalimentado, desnutrido, sem forças para trabalhar, e comprometendo o vigor da nossa raça. Não tem roupa para se abrigar do frio e sequer para cobrir a nudez. Talvez muitos dos Srs. deputados desconheçam fatos como este que lhes vou narrar. Há famílias que durante o dia vivem encerradas em casa, por não terem, as senhoras, roupa para aparecer.

É a situação a que está reduzido o povo, com a nossa desorganização política, econômica, social e administrativa. Faz-se mister, portanto, não nos esquecermos da angústia em que ele vive.

O povo não tem ainda escolas e os poderes públicos não possuem recursos para criá-las. Não contamos com professorado em número suficiente para lotar as escolas que porventura se criem nem os Estados nem a Nação têm dinheiro suficiente a fim de abrir novas escolas normais para a preparação destes professores.

Esta mesma população vive desamparada de qualquer assistência médica, abandonada à sua própria sorte e dizimada pelas endemias reinantes no interior, quase em toda a parte.

O Sr. Heitor Beltrão — V. Exª permite um aparte? Realmente, o Governo do Brasil nada facilita a esse povo, mas lhe tem dado discursos animadores. O povo deve estar contente...

O Sr. Tenório Cavalcanti — A esperança é a última que morre.

O SR. ARTUR BERNARDES — Enquanto isso se passa nas grandes massas, que acontece nas elites? Acontece o que todos sabemos: as próprias elites se acotovelarem na disputa de um lugar à mesa do Orçamento. O Brasil é um país rico, mas o seu povo é composto de pobretões. Não podemos, portanto, abrir mão de matérias-primas desse valor; devemos transformá-las em produtos industrializados de modo a melhorar as condições de vida da nação e enriquecer, se possível, nossos compatriotas.

Coroando tudo isto, Senhores deputados, temos uma situação deficitária. Não há receita que baste para a despesa crescente dia-a-dia. Não se fazem economias; aumentam-se, entretanto, as despesas. Apela-se para o sacrifício do contribuinte, e ninguém mais pode pagar os impostos que

se cobram. Emite-se diariamente para cobrir a deficiência da receita. Quer dizer, que despesas ordinárias são pagas com emissões de papel-moeda, além de agravar a sorte do erário, mais encarecem a vida para os nossos compatriotas.

Dirijo um apelo ao Sr. Presidente da República neste sentido: não se esqueça ele do povo, que só não está na miséria porque está em penúria. Não temos o direito de dar patrimônio da Nação a potentados, enriquecidos na exploração do petróleo. Um povo que assim procede está indicando não ter condições para o Governo de si próprio.

O Sr. Saulo Saul Ramos — Desejo, com a devida permissão, congratular-me com a presença de V. Exª na tribuna, porque, quando o general Horta Barbosa apresentou ao povo brasileiro uma tese nacionalista contrária àquela de economia mista, preconizada pelo ex-deputado comunista Carlos Marighela, e contrário também àqueles que admitiam participação de capitais estrangeiros, V. Exª, com a autoridade de ex-Presidente da República, orientava a mocidade brasileira no bom sentido da defesa dessa riqueza básica. Naquela mesma ocasião, com idêntica responsabilidade de V. Exª, de Itu, o então senador Getúlio Vargas dizia que a mocidade tinha razão, porque "permitir a exploração do nosso petróleo por entidades estrangeiras seria alienar essa riqueza". Congratulo-me, portanto, com V. Exª pela advertência que faz ao povo e à Casa. A mensagem do Presidente aí está, bastante nacionalista, confirmando a coerência do grande estadista. Resta-nos sustentá-la para que a Câmara, com ponderação e responsabilidade, delibere em defesa do povo brasileiro. (*Muito bem!*)

O SR. ARTUR BERNARDES — Acabamos de conhecer os resultados do último recenseamento feito na República. Apurou-se que os brasileiros superam a cifra de 52 milhões de habitantes. Qual, porém, senhores, o número de analfabetos? Este deve orçar por 60 a 70%, se não mais, nisto como muitos dos que declaram, no recenseamento, saberem ler e escrever, o fazem somente porque assinam o nome. Não lêem jornal, desconhecem o que se passa no seu país; ignoram quais os homens que merecem o seu voto. O povo não está assim, em condições de bem escolher os seus representantes.

O Brasil se acha em situação vergonhosa perante as nações do mundo, pois nele reina em maior grau o analfabetismo.

Por tudo isso, devemos esperar que o Sr. Presidente da República, considere melhor o seu ato. Se S. Exª mandou conscientemente a men-

sagem acompanhada do projeto, poderá, nobremente, deixar ao Legislativo a decisão que lhe compete, atendendo ao ponto de vista nacional. Se S. Exª tiver sido, porém, vítima de algum equívoco, mais uma razão para manter-se na esfera constitucional de suas atribuições e não interferir no Parlamento, nem mesmo apelando para obter a solidariedade de seus correligionários, visto não dever o petróleo ser objeto de política, sobretudo de política partidária.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Se o Presidente da República errou, como diz o nobre orador, e se após as palavras de V. Exª vier a correção, isso vai demonstrar que o Chefe da Nação está fazendo progresso na arte de governar o Brasil.

O SR. ARTUR BERNARDES — O erro é comum a todos nós. S. Exª poderá, com glória para o seu nome, retificar o seu ponto de vista. Desejaria sobretudo que S. Exª respeitasse em seus correligionários nesta Casa a liberdade, a consciência cívica.

O Sr. Vieira Lins — Venho ouvindo V. Exª com o respeito que devo ter...

O SR. ARTUR BERNARDES — Obrigado a V. Exª

O Sr. Vieira Lins — ... à sua personalidade, ao seu passado, à condição de ex-Presidente da República. Senti, no decorrer do seu discurso, exatamente o ponto mais interessante — o de contato entre o seu espírito e o meu — e este é tanto mais interessante quando observo que no governo de Artur Bernardes era eu moço, panfletário, discursador ou pichador de muradas e de muros. Confesso a V. Exª, num combate tenaz ao seu governo, pelo sentido do espírito de liberdade, de amor ao povo, de desejo de levantar a plebe de onde vim, aquela massa com quem convivi, naqueles porões de padaria, naqueles fundos de farmácia e de tipografia, nas bancas de engraxates, que foram a escola onde formei o meu espírito, a minha cultura, o meu próprio eu. Naquele instante, ao desenrolar esta bandeira, nunca poderia supor ou esperar que o tempo nos unisse no mesmo ponto de vista, no mesmo clamor, numa demonstração de haverem os espíritos evoluído no sentido único pelo petróleo, que o Estado precisa, pela terra que o homem necessita. Este deverá ser o *slogan* do momento, se quisermos salvar o Brasil: terra para o trabalhador; petróleo para o Estado.

O SR. ARTUR BERNARDES — Tenho dado, na minha atividade política, o exemplo de que me coloco acima das paixões propriamente

ditas. Onde estiver o interesse do Brasil — estejam todos certos — aí estarei. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

O Brasil, Senhores deputados, é um grande país, mas não é ainda uma grande nação; precisa, porém, sê-lo, e tem todos os elementos para isso: um território imenso, que vale por um continente, recursos inumeráveis, 50 milhões de habitantes e uma raça inteligente. Temos, entretanto, vivido a comprometer o futuro do Brasil e precisamos despertar para evitar que isso continue. Sem o petróleo nunca o Brasil será uma grande Nação. Precisa sê-lo, porém, até porque parece a Providência nos reservou um papel a representar na civilização universal. As grandes potências caminham para a sua finalidade, segundo a lei da finalidade das coisas. Os grandes países de ontem estão, agora, sentindo as suas bases abaladas, o laço de união começa a desprender-se com a separação das suas antigas colônias. Enquanto elas declinam, o Brasil irá subindo, se nós tivermos senso no seu governo.

É para uma situação desta que apelo para os nobres colegas. Nós somos, hoje, políticos, mas não só políticos, como também homens de Estado, obrigados a pensar no futuro da Pátria. O político pensa na primeira eleição, mas nós como estadistas, precisamos também pensar na primeira geração. Quero, pois, colaborar com o Sr. Presidente da República. O meu partido, como devem recordar-se, não ficou em oposição. Colocou-se numa situação de expectante, de independente, porém, disposto a aprovar os atos que fossem bons. Nós nos mantemos ainda hoje nessa mesma situação. Não mudamos o nosso ponto de vista, pelo que desejamos muito, lembre-se mais o Sr. Presidente da República do povo brasileiro, que está atravessando esse sofrimento inaudito. Se assim for, poderá S. Exª contar com a nossa ajuda, talvez levada até o sacrifício.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

O PROBLEMA DO PETRÓLEO

O SR. ARTUR BERNARDES (*Para encaminhar a votação*) – Sr. presidente, em que pese a opinião do nobre líder da maioria, parece-me que o seu requerimento de urgência não deve ser aprovado. Isso representará aos olhos da opinião pública uma sofreguidão injustificável em se tratando de assunto de tão grande relevância para o interesse nacional, como é o petróleo.

Que razões militam para essa urgência? O próprio líder da maioria talvez não o possa dizer. Nada, Sr. presidente, reclama essa urgência. O problema do petróleo precisa ser longamente meditado e amplamente discutido, para que a Câmara possa melhor aperceber-se da gravidade da sua deliberação.

Aníbal não está às portas de Roma fazendo-lhe ameaça, nem a esta Câmara.

O projeto ainda se acha no seio das Comissões; não se lhes conhecem os pareceres e já temos que deliberar, ainda que em parte, a propósito da urgência. Trata-se de uma medida excepcional, que traz mutações à marcha dos nossos trabalhos, a começar pela dispensa de exigências regimentais, que se não justificam no debate do assunto.

Pelo art. 148, relativo à urgência, verifica-se que ele "dispensa exigências regimentais para que determinada proposição seja de logo considerada até sua decisão final".

Além dessa restrição, há ainda a dos prazos para discussão. O Regimento já foi feito pouco liberalmente, orientado, aliás, pelos bons propósitos da Mesa, sempre empenhada em assegurar marcha acelerada aos trabalhos parlamentares. Mas, no caso em apreço, não se justifica

---

Discussão ocorrida na sessão de 12 de maio de 1952, e não revista pelos oradores. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. VII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953, p. 104-107.

que a discussão sobre o petróleo se reduza a prazos manifestamente insuficientes para o devido esclarecimento à Câmara.

O Sr. Armando Fontes — Além de reduzido a 30 minutos o prazo de discussão para cada deputado, as comissões ficam apenas com 48 horas para se manifestar sobre as emendas oferecidas ao projeto e formuladas em plenário. Se concedida a urgência, vê V. Exª que isto é absolutamente impossível.

O SR. ARTUR BERNARDES — Ia chegar lá, mas agradeço a V. Exª o haver-me antecipado nessa advertência.

Sr. presidente, trata-se de projeto da maior importância e gravidade. Talvez nem todos façam uma idéia aproximada da relevância do assunto. Poucos conhecerão aqui a exata situação do petróleo, e por uma razão muito singular: cada um dos Srs. deputados tem pendores para o assunto tal e qual, especializando-se no estudo desse assunto mas deixando os demais a cargo de outros, por lhe não ser possível aprofundar-se no exame de todas as questões.

O Sr. Raul Pila — Eu, por exemplo, devo confessar, nesta hora, que ainda não tenho decisão firmada e estou aguardando justamente a apresentação dos pareceres das comissões, a fim de formar juízo definitivo. Aprovado o regime de urgência, terei de renunciar a votar em consciência, tão completa é a questão, de tamanho vulto os interesses que nela se chocam.

O SR. ARTUR BERNARDES — V. Exª tem toda a razão.

É assunto que aqui ainda não começamos a debater, e que é conhecido dos poucos que de longa data o vêm estudando à luz das conveniências, das necessidades e do interesse nacional. As próprias manifestações havidas no seio dos partidos são prematuros, pois, não estando os Srs. deputados plenamente esclarecidos sobre a matéria, como opinar sobre ela, embora no seio de seus partidos? As sondagens feitas no seio desses partidos, são extemporâneas. Não podem eles opinar sobre assunto que ainda não conhecem. Só tem direito a opinar quem está senhor da matéria.

O Sr. Coelho de Sousa — O argumento de V. Exª tem inteira procedência. Não acha V. Exª estranho que a respeito de problema para o qual o governo levou tantos anos a encontrar solução nós devamos nos pronunciar em regime de urgência? Não parece isso estranho?

O SR. ARTUR BERNARDES — Sem nenhuma dúvida. V. Exª tem toda razão. Eu ia chamar a atenção da Câmara para o fato. Este assunto se arrasta há seis anos e nunca se pensou em forçar a marcha dos respectivos projetos. Eu próprio apresentei proposição, muitíssimo bem estudada, e sobre a qual foram ouvidos os técnicos que a respeito deviam pronunciar-se. O meu nobre colega Amando Fontes, por sua vez, ofereceu também um projeto. Todas essas proposições ficaram estagnadas. Agora quando se trata de projeto favorável aos trustes, é que se vai correr? Ficaríamos mal perante a opinião pública. Além disso, Senhor presidente, capacitamo-nos de uma verdade, e ninguém se iluda a respeito: o projeto entregue à Câmara encerra, em seu bojo, um perigo do qual convém apercebermo-nos — o perigo de revolução. Em toda parte onde o truste tem operado, tem ele provocado revoluções, derramamento de sangue, deposição de governos, divisão dos exércitos nacionais, para alçar ao poder, ora uma ala, ora outra, conforme satisfaça aos seus apetites econômicos.

O Sr. Amando Fontes — Vossa Excelência me permite mais um aparte?

O SR. ARTUR BERNARDES — Com prazer.

O Sr. Amando Fontes — Vossa Excelência tem toda a razão. Houve em novembro de 1941 uma revolução na Venezuela, que depôs o Presidente Rômulo Gallegos. Esse homem público declarou — e essa declaração foi transmitida para o Brasil, através das agências norte-americanas United Press e Associated Press — que foi deposto pelas forças dos trustes, e que havia um oficial do exército norte-americano, o coronel Adams, num quartel onde se alojava um grupo mecanizado de ataque.

O SR. ARTUR BERNARDES — Agradeço a ilustração que Vossa Excelência traz a esta tese.

Tenham, porém, os dirigentes a necessária sagacidade para ver que os trustes não passam de agentes de imperialismos políticos dos países a que pertencem. Temos estado inteiramente cegos nesse particular. A ação que os trustes aqui desenvolvem só não é conhecida dos governantes.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Dizem até que existe um truste no Brasil que, medida sua extensão, sua força é muito maior do que a do Departamento de Estado Norte-Americano — Standard Oil!

O SR. ARTUR BERNARDES — Querem expor-nos a revoluções? A Nação não se conformará com a perda de seu petróleo. Quando o povo

brasileiro tem filhos que morrem de fome aos milhões, sem escolas, sem roupas, sem assistência médica, não temos o direito de dar, nem total, nem parcialmente, lucros astronômicos de uma indústria lucrativa, como a do petróleo, a estrangeiros que têm abusado de todas as nações por onde passam, perturbando a ordem, a vida do Estado, e sugando a economia de países fracos e indefesos.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Permita-me V. Exª mais um aparte?

O SR. ARTUR BERNARDES — Com muito prazer.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Desejava apresentar um exemplo a V. Exª Diz-se que havia, antes da última grande guerra, quatro grandes forças que contribuíram para alterar as coisas do mundo: o Exército Alemão, a Marinha Inglesa, a Igreja Católica e a Standard Oil. Caiu o Exército Alemão. A Marinha Inglesa perdeu um pouco a força. A Igreja ainda tem sua força natural — a força espiritual. A Standard Oil nem sequer estremeceu, sua força continua sendo a maior. Esta que o Brasil terá de enfrentar.

O SR. ARTUR BERNARDES — Quererá isto dizer que ela tem as costas quentes pelo governo do seu País?

Mas, a termos revoluções depois da concessão total ou parcial do petróleo, melhor seria que tivéssemos uma por antecipação. Seria um mal menor e evitaríamos complicações internacionais.

Não nos esquecemos de que somos uma Câmara de representantes da Nação, eleitos e pagos pelo povo para defender seus interesses, e não uma assembléia de acionistas de trustes poderosos que vivem a afrontar-nos com a corrupção do seu poder econômico.

Por tudo isso, Sr. presidente, devemos esperar que a Câmara não aprove o requerimento e que o próprio líder da maioria seja o primeiro a retirar seu requerimento. Nós, que lhe conhecemos a boa formação moral sabemos da insuspeição com que S. Exª se envolve neste assunto, mas a opinião pública não consideraria isso por essa forma. Ela considerará que S. Exª está aqui premido por forças poderosas e ocultas. O certo é que não devemos dar nossa aprovação ao requerimento de urgência. Não há necessidade de urgência. Ela virá atropelar a discussão do projeto, o mais importante, de quantos hão de passar por aqui nos próximos tempos. Temos o dever de debater a proposição por todas as suas faces, por isso que vamos jogar nela os destinos da Nação. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO — I

O SR. ARTUR BERNARDES — Sr. presidente, os homens políticos precisam ter visão do futuro para dirigirem com acerto os destinos da sua nação. No exame do problema do petróleo, por exemplo, não nos é lícito considerá-lo isoladamente, mas em função do futuro do Brasil.

Somos, no continente, a segunda nação em território, em população e em recursos naturais, e, entretanto, em relação à política externa, vivemos nivelados às pequenas nações da América Meridional, e às da Ásia ou da África.

Por culpa de quem, senão nossa, exclusivamente? Vivemos *au jour le jour*, no mesmo ritmo de trabalho que nos absorve diariamente, preocupados em fruir os benefícios da existência e deixando no esquecimento as tarefas do nosso futuro.

Enquanto agimos com essa displicência, adormecidos ao calor enervante dos trópicos, outros povos, situados sob outros céus e em outros climas, vivem alertados, num constante trabalho de preparação do seu futuro.

Sendo nós uma nação coesa dos Estados Unidos e possuindo um território equivalente ao seu, temos uma população inferior à sua por não cuidarmos da imigração como devíamos e sendo dotados de recursos naturais que fazem do Brasil um país rico, é lastimável que sejamos um povo pobre.

Nossa preocupação deve consistir no aproveitamento das nossas riquezas naturais e na sua transformação em produtos industrializados, transformação essa que enriquece os homens e os povos.

Discurso pronunciado na sessão de 6 de junho de 1952, e não revisto pelo orador. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XI. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953, p. 337-341.

Nunca me esqueci de um episódio aqui ocorrido ao tempo do meu governo; tendo falecido nesta Capital, sem deixar herdeiros, um cidadão de nacionalidade duvidosa, supondo uns que fosse francês, o embaixador da França desenvolveu tão grande atividade para apurar esse fato, que outro embaixador lhe perguntara para que tanto trabalho em torno de herança tão pequena (100 contos, aproximadamente), e respondeu-lhe o embaixador francês "que, em todo caso, era ouro que entraria para a França"!

Tenho me lembrado desse fato a propósito do petróleo em cujos lucros quer o nosso Governo que se dê participação, quase por metade, a estrangeiros que não só se abstiveram de auxiliar-nos na pesquisa, prospecção e perfuração de poços, como procuraram ainda criar dificuldades à fundação da indústria em nosso País, como já o disse no Senado o senador Drault Ernani.

Basta salientar que o truste do petróleo, representado por todas as empresas com sede no Distrito Federal, se recusou a fornecer óleo cru à refinaria de concessionários brasileiros com o intuito de fazer fracassar a tentativa de montar-se refinarias no Brasil.

E o emissário de uma dessas empresas, enviado ao Brasil especialmente para conseguir modificar o texto constitucional em discussão naquela época, de modo a permitir que o truste pudesse participar da exploração do petróleo brasileiro, declarou expressamente ser objetivo do truste que se não construíssem refinarias no Brasil e que o mesmo *levaria ao desgaste todos os elementos financeiros que constituíam uma delas.*

Como darmos, pois, participação nos lucros do petróleo a estas empresas?

40% do capital social fica, pelo projeto, reservado ao capital privado. Mas se se diz e se repete, a cada passo, que não temos capital, como irão os brasileiros concorrer com os 49%? Evidentemente não serão eles, mas o truste.

A contribuição dos brasileiros será mínima, e quase todo o capital provirá do truste, capital esse que ficará aqui engordando à custa de uma indústria para a qual em nada concorreu até agora, e cuja implantação procurou até impedir com *ameaças.*

Esses 49% representam virtualmente a metade dos lucros a correr perenemente, pelo tempo em fora, e a ser anualmente exportado para o exterior, influindo na balança comercial e pesando no câmbio contra nós.

Está hoje provado que não necessitamos do capital estrangeiro para industrializar o nosso petróleo. São os fatos que se encarregam dessa prova. Fomos os iniciadores da indústria, ora em adiantada execução. Descobrimos o combustível, montamos refinarias, construímos oleodutos e adquirimos frota de petroleiros.

Tudo isso se fez com recursos nossos, e também contratados, e máquinas que adquirimos. Agora que tudo está em boa marcha, não necessitamos de convivas para a mesa posta.

Os lucros integrais do petróleo devem ficar no Brasil, circulando nas artérias da Nação, estimulando trabalho novo, criando novas indústrias, melhorando as condições de vida do seu povo e enriquecendo os brasileiros. Além disso, temos milhões e milhões de compatriotas que morrem à fome ou vegetam, sem roupa, sem saúde, sem escolas, e devemos destinar à cura de seus males os lucros com que se quer presentear os trustes.

Os que consideram isso nacionalismo exagerado atentem para o seguinte fato: em 1927 ou 1928, em Paris, onde então me achava, surgiu no Parlamento francês um projeto de lei nacionalizando os estrangeiros que ali viviam desde determinado tempo. Esses estrangeiros eram italianos e espanhóis que se consagravam a trabalhos rudes, de que os franceses não mais se ocupavam, como os de construções de estradas, edifícios etc.

Esse projeto levantou o espírito nacionalista francês, e jornais, como o *Fígaro*, fizeram contra ele viva campanha, na qual acusaram o Parlamento de querer entregar a estrangeiros o patrimônio da França.

Não será difícil adivinhar o que diria a imprensa gaulesa em face do que aqui se pretende fazer com o petróleo.

A Câmara, Sr. presidente, daria má cópia de si se aceitasse projeto governamental originário do truste, como o declarei desta tribuna. Temos uma situação delicada a examinar, na vida interna do Brasil, se atentarmos para a organização desses trustes e para a ação que desenvolvem, contrária aos interesses da Nação.

Por todos os países petrolíferos por onde andaram essas empresas não fizeram outra coisa senão alterar a ordem pública, cometer violências

contra o Estado, promovendo revoluções e dividindo os exércitos, para alçar ao poder ora uma facção ora outra, conforme os seus interesses de ocasião.

Já tive o ensejo de afirmá-lo aqui em discurso anterior.

Talvez volte ainda à tribuna para tratar do assunto.

Eles vivem a acaparrar a opinião pública, e a vida brasileira, embora representando forças políticas de outros países.

Não se compreende que eles vivessem a comprometer o bom nome de nações, sem serem ao menos advertidos a respeito.

Somos um povo excessivamente crédulo, sobre o qual o estrangeiro exerce fascinação quase irresistível. Acreditamos no que diz, piamente, e ele se aproveita desse nosso estado de inocência para fazer o seu trabalho. Não há, entretanto, por que censurar os países imperialistas. Devemos admirar o povo, a história e o progresso criado por seu trabalho. Mas uma coisa é admirar e outra não desejar que dificultem o progresso do nosso País, procurem anular a nossa independência econômica e a nossa soberania.

Os Estados Unidos, pela ação do seu presidente Wilson, ajudaram a fundar, depois da primeira Grande Guerra, a Liga das Nações. Idealista, acreditava pudesse aquele organismo manter, por longo tempo, a paz mundial. E como a Liga exerceria parcela de influência sobre os países sul-americanos o Senado dos EUA recusou-se a reconhecê-lo. Achava que a Liga colidia com a doutrina de Monroe, no que respeitava aos interesses norte-americanos.

No Brasil implantamos a nossa independência política em 1822, e a doutrina de Monroe surgiu em 1823, ou um ano depois. Sobre ela não influiu a doutrina de Monroe. Essa doutrina apareceu quando, na Europa, se organizou a Santa Aliança, constituída, a princípio, de três países, que foram a Rússia, a Prússia e a Áustria, aderindo, mais tarde, a França e alguns outros países. Nessa altura, a Rússia passou a pleitear direitos na orla do Pacífico e a Espanha, por seu turno, solicitou-lhe apoio para sustar a emancipação de países que lhe estiveram submissos até então.

Foi com esse receio que o presidente Monroe propôs sua doutrina ao Parlamento americano. Ela, porém, tem sofrido deformações, e hoje

a América do Norte a considera instrumento de sua política, do qual fará uso conforme as circunstâncias e o seu interesse.

A doutrina passou, assim, a constituir uma espada de Dâmocles sobre a cabeça das nações sul-americanas.

Estadistas daquele país se arrogam o direito de amparar os seus súditos e seus bens onde quer que estejam, fora dos Estados Unidos, sem respeitar muito a soberania dos outros países.

Nesta ordem de idéias, devemos ter precaução em conferir direitos a cidadãos norte-americanos, sobretudo a poderosos, como são os desses trustes, cuja organização é tão forte que eles costumam insurgir-se contra o seu próprio governo, dentro dos Estados Unidos.

Seria, pois, temeridade o Brasil aceitar esse capital, que outro não pode ser senão o do truste do petróleo — pois os industriais de tecidos, de aço ou de outras indústrias não cogitam dessa especialidade. Quando se diz, portanto, capital estrangeiro, tenhamos como certo que se trata de capital de trustes do petróleo.

Agora, antes de admitirmos em nossa companhia e em nossa sociedade, um sócio assim temeroso, devemos refletir duas vezes. Quando, na vida particular, uma firma, comercial ou industrial, necessita de um sócio, para com ele correr os riscos de uma atividade, ou participar dos lucros da empresa, seu primeiro cuidado é procurar pessoa leal e honesta, que não lhe dê preocupação de nenhuma ordem.

É o caso de agirmos, nesta conformidade, examinando se o capital privado não virá a ser, na sua maior parte, senão na quase totalidade, do truste do petróleo. Um exame na vida pretérita desses trustes nos esclarecerá a respeito, permitindo acautelarmo-nos enquanto é tempo.

A história desse truste nos países em que tem atuado não o recomenda. Há, porém, um país em que nos devemos deter: a Bolívia.

Tendo obtido do governo boliviano concessão para explorar ali o petróleo, mediante o pagamento de um *royalty* de 11% sobre o bruto do combustível extraído e mais o pagamento dos impostos, inclusive o progressivo, o truste construiu um oleoduto clandestino, do território boliviano ao argentino, pelo qual o escoava, fraudando o governo no *royalty* e nos impostos. O fato foi comprovado, e o truste teve de confessá-lo.

Nessa altura, o governo boliviano declarou a caducidade do contrato mas não encontrou um advogado, na Capital, para defender a sua causa. Já estavam todos do lado da Standard. Teve, assim, de apelar para professores da Faculdade de Direito da Universidade de Cochabamba, os quais lhe prestaram assistência na causa.

Mas, não é só: durante a guerra do Chaco, a Standard fez mais e pior; fornecia ao exército paraguaio gasolina da Bolívia, e ao mesmo passo criava dificuldades ao abastecimento do exército boliviano em campanha.

Tudo isso, Sr. presidente, consta de um documento que consubstancia os fatos e intitulado *La Standard Oil en Bolivia*. Não é, portanto, uma alegação vã; mas fato comprovado e confessado.

Devemos perguntar se ao Brasil seria desejável uma companhia como esta. Não iríamos ter aborrecimentos, repetidos e sérios, consentindo na participação deste capital? Não poderíamos ter complicações internacionais, no futuro?

Por hoje é o que pretendia dizer à Câmara, a fim de alertá-la no exame do projeto. Espero voltar à tribuna em novas oportunidades para tratar de outros aspectos do problema, mas este me pareceu devia expor desde logo, antes que nossos colegas se firmassem num juízo errado a respeito. (*Muito bem! Muito bem! Palmas.*)

MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO — II

O SR. ARTUR BERNARDES (*Para uma questão de ordem*) — Sr. presidente, a convocação de sessão noturna para continuarmos a discutir os projetos sobre o petróleo constitui uma violência feita à Câmara, principalmente à parte que não segue o dogmatismo oficial.

Já o requerimento de urgência para o debate representou uma violência, pois que nada o aconselhava. Não havia nesta Casa obstrução nem propósitos de obstrução ao projeto da PETROBRÁS. Foi, portanto, uma demonstração inútil de força, visto que ninguém aqui se opunha à marcha regular, à discussão e à votação dos referidos projetos.

Desde que as nossas sessões se prolongam até às 18 horas, sujeitas, ainda a prorrogação, não é razoável que continuemos o debate em sessões noturnas, sem necessidade, a não ser que a maioria queira vencer pelo cansaço os que não corcordam com as proposições. Mas não acredito que a maioria alimente este propósito.

Já tive ocasião de dizer desta tribuna que o problema do petróleo é muito mais sério do que comumente supomos. Ninguém o tem considerado, como acentuei, em função com o futuro do Brasil, com a sua segurança, com os seus destinos.

Parece termos caso isolado que, bem ou mal resolvido, o País terá assegurada a sua marcha para o futuro.

Não, não é assim. O petróleo é problema sempre novo na vida das nações. Basta dizer-se que nenhum país, hoje, se desenvolve industrialmente sem petróleo. Nenhum pode entrar em guerra com esperança de vencer, se não possuir petróleo. Além disso, há motivo pelo qual ele atrai a cobiça dos povos mais evoluídos: é que ele tem um poder calorífico maior até agora. Vale dizer que, enquanto um quilo de carvão

---

Discurso pronunciado na sessão de 9 de junho de 1952. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XI. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953, p. 520-523.

nacional dá 5.300 calorias e um quilo de carvão estrangeiro, da melhor qualidade, produz 7.500, um quilo de petróleo dá de 9.000 a 11.000 calorias.

Um trem de ferro puxado por locomotivas a óleo barateia a despesa por km, porque percorre distâncias maiores sem reabastecimento, o que não acontece com um trem movimentado a carvão. Os navios são quase inteiramente movidos a óleo e podem, sem reabastecimento, cobrir três vezes a distância percorrida por outro de igual tonelagem movido a carvão.

Enquanto a lenha possui 7.500 BTUs (unidade térmica britânica) por libra, e o carvão 15.000, o óleo cru contém 19.000.

Uma esquadra para se abastecer de carvão, fica seis a oito dias nos portos, perdendo marcha e, portanto, eficiência. Se for abastecida de petróleo, em horas poderá terminar a operação e avançar para melhor cumprir sua missão.

Tudo isto tem feito do petróleo objeto de cobiça dos povos inteligentes, que não querem ser vencidos na marcha do progresso humano.

Temos, ainda, a considerar que vivemos um tanto iludidos em relação ao capital estrangeiro. Como disse o meu antecessor, nesta tribuna, o capital estrangeiro não passa, hoje, de um mito no Brasil. Trago aqui documento eloqüente neste sentido.

A propósito de um dos meus discursos, aqui recentemente pronunciado, um jornal de Minas consagrou-lhe um artigo. Lerei, apenas, sua parte final, por ser ilustrativa da tese que venho sustentando. Trata-se de um periódico intitulado *Jornal de Lafaiete*, de município mineiro, sede da mais importante exploração de manganês, onde se extrai, há 30 anos, este minério para exportação.

Depois de fazer a apreciação do meu discurso em defesa das nossas riquezas minerais, este jornal termina o seu artigo da seguinte maneira:

> "A propósito desse patriótico discurso, lembremos que os nossos minérios de manganês, da única jazida de valor que existe em Minas Gerais — a do Morro da Mina, nesta cidade — estão sendo levados para a América do Norte, em prejuízo de nossa economia.
>
> Essa jazida de manganês precisa de ser desapropriada em favor da Usina Volta Redonda e da siderurgia brasileira. Os nossos amigos americanos, que a exploram, levam o precioso

minério sem nenhum proveito para o Brasil. Os operários são mal pagos e não têm assistência condigna, o minério é faturado pelo preço de custo e por isto a companhia-satélite não paga também impostos de renda no Brasil e os lucros só vão aparecer na América do Norte. Gozam de isenção e de favores e não pagam impostos aos cofres públicos.

Os fretes que os americanos pagam pelo transporte do minério dão prejuízo à Central do Brasil. Os caminhões de que se valem subsidiariamente, pelo excessivo peso destroem as estradas e as ruas da cidade, causando prejuízos aos cofres públicos.

As divisas que essa exportação fornece são mínimas e a preciosa reserva de manganês vai sendo inexoravelmente esgotada, empobrecendo o Brasil e comprometendo o futuro de nossa siderurgia.

Que outras vozes apareçam na defesa de nossa economia e de nosso povo!"

Aqui está um caso típico do que é o capital estrangeiro no Brasil. Vivemos a sonhar com os benefícios desse capital, iludidos pela propaganda que dele fazem diariamente, na sua imprensa, as empresas estrangeiras interessadas.

A imprensa, em tese, vive ao serviço dos trustes do petróleo. O jornal é uma empresa que se funda para explorar a indústria da publicidade, e tem a publicidade que pode pagá-la.

A Nação fica prejudicada na defesa de suas riquezas naturais porque nós, que as defendemos, contamos com o silêncio da imprensa.

Mas os estrangeiros, nababos do petróleo compram tudo, a começar pela consciência que corrompem em todas as classes e camadas sociais. Os capitais estrangeiros, porém, não se conformam, como antigamente, com os lucros comerciais ou industriais próprios da sua atividade no Brasil e em pé de igualdade com os nacionais. Em seus países de origem esses capitais vencem juros de 3 a 4%, no máximo; os juros aqui são de 10 a 12%, atingindo às vezes a 15%, nos casos de bonificações. Mas os capitais estrangeiros querem lucros iguais aos das empresas de petróleo no Rio de Janeiro, isto é, lucros astronômicos, correspondentes a 332% (trezentos e trinta e dois por cento) que foram os de um dos trustes – a Standard – no ano de 1946, segundo seu próprio relatório.

Que capital nacional obtém juro que com este se compare no Brasil?

Esse capital, a que dá hoje o nome de capital de investimento, é que caça as nossas riquezas naturais para explorá-las em benefício próprio.

Por isso todo dia os trustes mandam anunciar que o Brasil precisa desenvolver-se que precisamos do auxílio do capital estrangeiro, etc. São os próprios interessados que assim agem, para criar entre nós uma falsa opinião pública.

É possível que volte a este assunto, para detalhar.

Assim, o capital estrangeiro é, na sua maior parte, um capital-mito. Fundava-se aqui banco, trazendo como capital uma cambial da matriz, da qual não se utilizava porque os nossos capitais afluíam para a sua caixa, e com eles eram mais favorecidas, no comércio e nas indústrias, as colônias estrangeiras.

No caso da PETROBRÁS, há duas coisas incompatíveis: o interesse da Nação e o interesse dos capitais estrangeiros. O da Nação é remoto, é mediato. Ela não quer renda, mas que o país se desenvolva, os brasileiros se coloquem em condições de pagar bons impostos. O capital estrangeiro, ao contrário, quer dividendos, e dividendos à maneira da Standard: trezentos e tantos por cento. Ao Governo e à maioria é que compete pensar nisso.

O SR. PRESIDENTE — Atenção! O tempo de V. Exª está findo.

O SR. ARTUR BERNARDES — Vou terminar atendendo ao apelo de V. Exª Sr. presidente. Voltarei à tribuna em outra oportunidade.

O Poder Legislativo vive desprestigiado perante a opinião pública por culpa nossa. O dogmatismo do governo impera de modo quase absoluto nos meios parlamentares, com alguma exceção, não há dúvida — mas não se compreende que o Presidente da República intervenha na vida do Parlamento, apelando para seus correligionários, pedindo votos para a PETROBRÁS, quando se trata de medida que em nada afeta a sua administração, porque o que aqui se decidir projetará efeitos para o futuro, isto é, para além do término do período do governo. O Poder Legislativo não pode viver genuflexo diante do Poder Executivo.

Assim, acabará se desmoralizando completamente e convencendo ao povo de que somos aqui falsos representantes seus, ou traidores dos seus interesses. *(Muito bem; muito bem! Palmas.)*

SOCIEDADE POR AÇÕES PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. que o aprovam queiram ficar como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Primeira discussão do Projeto nº 1.516-A, de 1951, que dispõe sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S/A e dá outras providências. (Do Poder Executivo.) Anexo o Projeto nº 1.595, de 1952, que dispõe sobre a organização da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S/A e dá outras providências; tendo parecer, com emendas da Comissão de Constituição e Justiça, com voto em separado do Sr. Castilho Cabral e declarações de voto dos Srs. Lúcio Bittencourt e Augusto Meira; com parecer da Comissão de Segurança Nacional, adotando como substitutivo ao Projeto nº 1.516, de 1951, de iniciativa do Poder Executivo, o Projeto nº 1.595, de 1952, com emenda; parecer com emendas, da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, parecer, com emendas da Comissão de Economia. Parecer da Comissão de Finanças, com emendas ao Projeto, e favorável às emendas das Comissões de Constituição e Justiça, e de Economia, com declaração de voto dos Srs. Alde Sampaio, Abelardo Andreia e Raul Pila. (Anexos os Projetos n.os 1.517/51, e 1.595/52). (Inscritos os Srs. Dioclécio Duarte (a favor), José Bonifácio (contra), Manuel Novais (a favor), Artur Bernardes (contra), Castilho Cabral (a favor) Osvaldo Fonseca, (contra), Nestor Duarte (a favor), Maurício Joppert (contra), Alde Sampaio (a favor), Aliomar Baleeiro (contra), Moura Andrade (a favor), Lima Figueiredo (contra), Augusto Meira (a favor),

---

Discurso pronunciado pelo Deputado Dioclécio Duarte e aparteado pelo Deputado Artur Bernardes na sessão de 10 de junho de 1952. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953.

Dilermando Cruz (—), Flores da Cunha (a favor), Nélson Carneiro (—), Fernando Ferrari (a favor), Vasconcelos Costa (contra), Wilson Cunha (a favor) Severino Maris (contra), Alberto Deodato (a favor), Orlando Dantas (contra), Vieira Lins (a favor), Saulo Ramos (contra), Lúcio Bittencourt (a favor), Breno da Silveira (contra), Aloísio de Castro (a favor), Roberto Morena (contra), Jales Machado (a favor), Ponciano dos Santos (a favor), Raimundo Padilha (a favor), Israel Pinheiro (a favor), Antônio Balbino (Relator) e Manhães Barreto (Relator) — Em urgência.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Dioclécio Duarte, que vai falar a favor do projeto.

O SR. DIOCLÉCIO DUARTE — Sr. presidente, o projeto em debate é, sem dúvida, um dos mais importantes já submetidos à apreciação da Câmara. Realmente, não é possível desconhecer a significação do petróleo nas diversas manifestações da atividade humana, justificando-se, portanto, o grande interesse por parte do Governo brasileiro em encontrar uma solução adequada ao problema e do Legislativo em cooperar nessa mesma solução, numa atitude — desejo crer — independente de subalternas paixões partidárias, desde que se encontra em jogo a própria segurança do País.

O problema não se restringe ao âmbito nacional. Qualquer solução terá repercussão internacional. Daí a atenção que lhe deve ser dispensada para evitar conflitos semelhantes aos surgidos em outros ambientes e que trariam graves prejuízos à nossa estrutura econômica e política.

As nações deste, como dos outros continentes, tanto no que se relaciona ao desenvolvimento industrial, quanto militar, consideram-no um elemento indispensável. E aquelas que têm a felicidade de possuir o petróleo se esforçam para explorá-lo convenientemente e defender as suas reservas contra a ambição das forças imperialistas.

É verdade que o mundo atual já não admite os processos violentos do século passado, quando as nações mais fortes absorviam inteiramente os povos desarmados e incapazes de reagir. A consciência universal é diferente. Com as novas descobertas científicas e as facilidades de comunicação, outros horizontes se abriram, dando ao espírito universal a noção mais lúcida do Direito.

O estrangeiro deixou de ser classificado como inimigo. Todos entendem a conveniência de uma cooperação. O antigo isolacionismo das nações que se bastavam a si mesmas desapareceu. A interdependência, sob os vários aspectos, é um imperativo da hora presente.

Os Estados Unidos da América do Norte são um exemplo do que afirmo. A política norte-americana mudou completamente de rumo.

Com a escassez de numerosas matérias-primas sentiram alguns extremados partidários da política isolacionista que era necessária uma aproximação com todos os países. Outra coisa não evidencia a assistência financeira consubstanciada no Plano Marshall às nações empobrecidas da Europa. Não é apenas o reflexo de solidariedade humana a antigos aliados. É antes um imperativo de ordem econômica e política. Compreendem os norte-americanos a vantagem de elevar o nível das populações a fim de que encontrem mercados consumidores. Por sua vez, estimulando produção na América Latina, terão na época oportuna, as reservas de que precisam.

A América do Norte não tem a menor dúvida de que as suas indústrias sofreriam terrível colapso se fossem abandonados os centros produtores de matérias-primas, pelos quais também se batem competidores perigosos.

Em tais circunstâncias, despe-se de fundamento a interpretação do eminente representante de Minas Gerais, o nobre Deputado Artur Bernardes, indiscutivelmente uma das mais altas expressões morais do nosso cenário político e a quem presto profunda homenagem, sentindo estar, entretanto, contrário às suas opiniões, por considerá-las fora do tempo, não obstante reconhecer sinceridade e ardor cívico.

Alheio aos fenômenos da hora contemporânea, S. Exª tem uma visão diferente, orientando-se, por isso, fora da realidade, o que prejudica o espírito combativo e a sinceridade patriótica, na propaganda de um nacionalismo agressivo, incompatível com os ideais de harmonia internacional, tão aconselhável nesta fase de graves inquietações espirituais e crises financeiras.

S. Exª recordou a conduta da imprensa francesa, em 1927, orientada pelo *Figaro*, então dirigido por Gaston Calmeti, contra a naturalização de italianos e espanhóis, fatores eficientes do desenvolvimento da França, que desejavam adotar como segunda pátria. Naquela época, antes da

última guerra, a mentalidade francesa estava sob a pressão de exagerado jacobinismo. Não foram os imigrantes que ali chegaram elementos prejudiciais à integridade da nacionalidade. Ao contrário. O espírito de fraternidade, gratidão, simpatia, amor pela terra onde encontram um ambiente mais tranqüilo e possibilidades de desenvolver a sua economia e melhorar a situação de vida das suas famílias fizeram desses estrangeiros novos franceses, talvez melhores do que muitos que ali nasceram. Infelizmente, o jacobinismo de *Figaro* determinou casos bem sérios à política da França. Um desses foi o que se verificou com o antigo ministro Caillaux, numa das campanhas mais injustas e violentas que originou o assassínio de Calmeti, ilustre e brilhante jornalista. O crime de Joselho Caillaux era conhecer profundamente a economia de sua Pátria e desejar, como político de superior inteligência, colocar a França na comunidade européia em situação de prestígio, acima dos ódios, para melhor servir ao seu povo, no que não acreditava o nacionalismo estrábico da época.

A grandeza norte-americana não é mais, Sr. presidente, do que a contribuição de muitas energias estrangeiras que para ali acorreram com a sua experiência e com seus capitais. Se não fossem os elementos de trabalho e o capital europeu, os Estados Unidos não se teriam reerguido da situação catastrófica em que caíram depois da Guerra de Secessão. Naquele período melancólico da vida norte-americana os soldados não queriam receber em pagamento dos seus honorários a moeda nacional, tão desvalorizada se encontrava, em virtude da inflação. Reuniram-se então os representantes de todos os Estados norte-americanos, a fim de discutirem as medidas aconselháveis para a restauração econômica do País. Vários entendiam ser necessário, reformar o sistema pedagógico, com a criação de novas escolas, novas universidades. O espírito atilado do governador da Carolina do Norte tomando a palavra sugeriu – e foi aceito – que os Estados Unidos deveriam criar, antes de tudo, novas fontes de riqueza, a fim de poderem resolver todos os problemas, melhorando as suas universidades e elevando o nível de vida da massa popular desprovida de todos os recursos.

Foram abertas as fronteiras à entrada de técnicos e de capitais procedentes de outros países. Esses técnicos arrancaram do riquíssimo solo americano os meios que, dentro de pouco tempo, transformaram a prodigiosa República que hoje lidera o mundo ocidental e impede a infiltração de idéias subversivas e contrárias à nossa consciência democrática.

O capital, na própria expressão marxista, não tem pátria. É a riqueza que se cria em qualquer meio. São as estradas que se constroem e as indústrias que se instalam, proporcionando ao povo bem-estar e nova esperança na eficiência do trabalho. O capital é o trabalho concentrado.

O Sr. Eusébio Rocha — Mas há que distinguir entre o capital estrangeiro que pode participar do desenvolvimento, e o capital especulativo do controle econômico do País. Veja V. Exª: nenhum dos grandes grupos internacionais de aço desejará que o Brasil tenha indústria de aço para não perder o mercado consumidor. Nenhum dos grandes grupos da economia do petróleo desejará que o Brasil produza petróleo para não perder o mercado consumidor. Não se trata aqui de recusar o estrangeiro. Ainda mais nós, de São Paulo, sabemos quão útil pode ser a colaboração estrangeira. Trata-se de repelir a invasão econômica, semelhante à invasão armada. Trata-se de preservar a independência da Pátria contra o domínio econômico. Também nos Estados Unidos, Wilson, em magníficos conceitos, diz que: "As nações que permitem que o poder econômico se crie não mais decidem seus destinos porque esse poder econômico é realmente que passa a ditar-lhes normas". É o grande Presidente dos Estados Unidos quem nos mostra que as nações que fazem concessões acabam escravizadas aos capitais estrangeiros. Nunca os Estados Unidos fizeram concessões.

O SR. DIOCLÉCIO DUARTE — Mas nunca também os Estados Unidos deixaram de aceitar com a maior simpatia a cooperação do capital estrangeiro. Do capital e do braço estrangeiro, porque foi em conseqüência dessa cooperação que a grande Nação, fundada por George Washington e consolidada por Abraham Lincoln, conseguiu impor-se ao respeito e à admiração de todo o mundo.

Lembra muito bem o nobre deputado por São Paulo que o progresso daquela imensa terra bandeirante é produto de esforço de estrangeiros, sobretudo de italianos, que para aí se dirigiam e, com a instalação de indústrias, com a abertura de estradas e a cultura do seu solo fértil, conseguiram, não só se integrar na família paulista, como dar ao Brasil um dos Estados mais gloriosos, mais prósperos, mais orgulhosos do seu progresso.

Nem o Governo, nem qualquer brasileiro que se preze realmente de haver nascido nesta Pátria, livre, deseja entregar o seu País a nações imperialistas.

Conhecemos a ação de poderosas empresas, como a Standard Oil, a Royal Deutsch e o Sindicato Saint Clair, que não só no Oriente, como em alguns países do nosso continente pretenderam influir na política nacional.

O Sr. Artur Bernardes — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DIOCLÉCIO DUARTE — É um grande prazer e honra para mim.

O Sr. Artur Bernardes — Como não há facilidade de se ocupar a tribuna para responder ao discurso de V. Exª peço permissão para, em aparte, contestar o que acaba de dizer em relação ao capital estrangeiro. Esse capital, nos primeiros tempos, era benéfico favoravelmente ao Brasil. Ele vinha, porém, colocar-se aqui em pé de igualdade com o capital nacional. Hoje, apesar do capital estrangeiro, como ontem tive ensejo de dizer nessa tribuna, receber na sua pátria os juros máximos de três a quatro por cento e de termos nós, no Brasil, juros de dez, doze por cento, que podem ir a quinze ou mais com as bonificações, esses juros, hoje, não servem para esse capital. Este quer-se colocar no Brasil por fórmula nova, chamada investimento. Esses investimentos não representam outra coisa senão a tomada das nossas riquezas minerais. Tive ensejo, ontem, de ler aqui o final de um artigo de jornal de Lafaiete, onde temos a mais importante mina de manganês. Esse periódico acentuava que lucro algum ficava no Brasil da longa exploração — talvez trinta anos — daquela jazida. O minério de manganês está desproporcionado com o minério de ferro no Brasil. Quer dizer: temos mais quantidade de minerais de ferro do que de manganês. Este, está-se esgotando, com grave ameaça para o sistema siderúrgico do Brasil. Não é só esse o caso do minério de ferro de Itabira. Tive ensejo de ler aqui, revelando à Nação, creio que pela primeira vez, um dos acordos secretos, mas secreto não porque houvesse nele segredo de Estado, mas secreto porque havia um crime que se precisava encobrir; despojar o Brasil do monopólio do minério de ferro mais rico do mundo para entregá-lo a duas nações estrangeiras, a troco como disse da tribuna, não se sabe, até hoje, de quê! Simulou-se um empréstimo ao Brasil para a construção da estrada de ferro de Vitória a Itabira, para se aparelhar a mina de extração do minério de Itabira, para preparar-se o porto de embarque desse minério. Tudo isso se fez, tudo isso continua a se fazer sem o Brasil receber um ceitil. Aí está o emprego do capital estrangeiro. Esta a vantagem do capital que V. Exª exalta. Devo, ainda, acrescentar que, pelo acordo, a Inglaterra e os

Estados Unidos ficaram de pagar por tonelada de minério de ferro de primeiríssima qualidade — a hematita — o preço de 100 cruzeiros. O preço atual é de 16 dólares por tonelada, correspondente a 320 cruzeiros. Pois bem: a Inglaterra e os Estados Unidos exportam esse riquíssimo minério, pagando 100 cruzeiros — preço ridículo, irrisório que um Governo consciente não consentiria figurasse num contrato por ele assinado. Há mais: esses 100 cruzeiros ficam anulados, mas anulados de tal modo a não sofrer contestação — pois a Inglaterra e os Estados Unidos, nesse mesmo acordo, deixaram a responsabilidade do ônus — o pagamento de todos os impostos, presentes e futuros, portuários e internos, de modo que, só nessa isenção, a Inglaterra e os Estados Unidos superam os cem cruzeiros que pagam por tonelada de hematita. Tive ensejo de ler telegrama de Washington para Londres, em que se dava esta notícia maravilhosa: o minério de ferro proveniente do Brasil chegava aos Estados Unidos por preço inferior ao próprio minério americano, que é muito mais ordinário, enquanto o nosso é de teor altíssimo. V. Exª vai ver que a virtude do capital estrangeiro de hoje não é a mesma que V. Exª atualmente tanto enaltece. O capital de outros tempos, quando vinha para ser aplicado na construção de estradas de ferro, etc. Hoje, querem tomar as nossas riquezas minerais. E só um povo imprevidente consentiria na isenção de todos os impostos, como acontece. É o caso do manganês, em Lafaiete, e do minério de ferro, em Itabira.

O SR. DIOCLÉCIO DUARTE — Agradeço a V. Exª a honra do aparte que acaba de me dar.

Em relação ao juro bancário no Brasil, torna-se fácil explicar. Não é culpa do capital estrangeiro, e sim da errônea organização bancária do País. Se os bancos exigem 12%, 15%, muitas vezes, porque há meios, de clandestinamente, se conseguirem novas taxas, comissões, bonificações, para certos gerentes de bancos, certamente, não cabe a responsabilidade ao capital estrangeiro.

Se esse capital pudesse ser empregado nos países de origem, nas condições encontradas no Brasil, certamente não viria para o nosso País; ficaria na América do Norte, de onde nós, com grande interesse, estamos pleiteando, e parece vamos receber, cem milhões de dólares, para o desenvolvimento das nossas indústrias, para a abertura de estradas, construção de portos e reequipamentos ferroviários, realizando a primeira fase do programa da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de acordo

com o plano do atual governo, no qual não desejam acreditar os seus ferrenhos antagonistas.

O Sr. Artur Bernardes — V. Exª vai permitir-me outro aparte, curto desta vez. A América do Norte tem pletora de dinheiro. Até há pouco tempo, e creio ainda atualmente, não havia nos bancos caixa para conter o dinheiro. Tinham necessidade de guardá-lo em sacos de lona, fora da caixa-forte. Essa gente precisa aplicar seu dinheiro. A culpa é nossa, e não deles, diz V. Exª, de auferirem melhores lucros; mas, por isso mesmo estamos corrigindo essa falha.

PUBLICAÇÕES DA IMPRENSA NACIONAL SOBRE O PETRÓLEO

REQUERIMENTO Nº 784, DE 1952

Solicita ao Poder Executivo informações sobre publicações da Imprensa Nacional relativas ao petróleo.

(Do Sr. Artur Bernardes)

(À Mesa)

Requeremos, por intermédio da Mesa, ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, informar:

1) se a edição do folheto *Petróleo para o povo brasileiro*, impresso no Departamento de Imprensa Nacional, correu à conta de dotações orçamentárias ou constituiu encomenda particular àquela repartição;

2) na primeira hipótese, quem autorizou a edição e qual a repartição pública responsável por ela; por que dotação orçamentária correram as despesas; qual a tiragem e o custo da obra e se é destinada à venda ou distribuição gratuita; neste caso, que repartição a está distribuindo;

3) caso o folheto *Fundamentos da Petrobrás* tenha sido também impresso na Imprensa Nacional, informar se a origem da encomenda é a mesma do folheto *Petróleo para o povo brasileiro* e, neste caso, quem autorizou a edição, qual a repartição pública responsável por ela; por que dotação orçamentária correram as despesas; qual a tiragem e o custo da obra e se é destinada à venda ou à distribuição gratuita; qual a repartição que a está distribuindo;

4) na segunda hipótese do item 1, se o cliente foi chamado "Comitê de Trabalhadores para a Emancipação Econômica do Brasil"; neste caso,

---

Requerimento encaminhado na sessão de 20 de junho de 1952. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XIV. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953, p. 193.

quais os diretores ou responsáveis por esse Comitê, se é devidamente legalizado e registrado como "pessoa jurídica", qual a sua sede, e se é também o financiador do folheto a que se refere o item 3;

5) se tem conhecimento de que os autores do folheto *Fundamentos da Petrobrás* são os assessores técnicos da Presidência da República e, neste caso, se tem conhecimento de que são os mesmos os autores do folheto *Petróleo para o povo brasileiro*, como ressalta da semelhança de linguagem e da argumentação empregada em seu texto.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1952. — *Artur Bernardes — Osvaldo Fonseca — Orlando Dantas — Aliomar Baleeiro — Lôbo Carneiro — Heitor Beltrão — Lima Figueiredo — Ranieri Mazzilli —Lopo Coelho — Campos Vergal — Maurício Joppert — Bilac Pinto — Breno da Silveira — Carmelo d'Agostino.*

A QUESTÃO DO PETRÓLEO E O PARTIDO REPUBLICANO

O SR. ARTUR BERNARDES — Senhor Presidente, inscrevi-me como orador do expediente para dirigir algumas palavras à Nação e aos meus nobres colegas.

Agora que está praticamente solucionado o caso do petróleo, deixo esta Câmara e passarei a ocupar-me exclusivamente da direção do meu partido, nesta capital, onde continuarei vigilante na defesa dos interesses nacionais.

Desejo declarar, ainda uma vez, à Nação que não sou nem nunca fui contra ninguém pessoalmente e muito menos contra qualquer país estrangeiro. Sou, sim e sempre fui, fervoroso e perseverante, a favor do Brasil.

Em mais de cinqüenta anos de atividade política, em governo de Município, no do Estado e no da República, e também no Parlamento, procurei defender sempre os legítimos interesses brasileiros.

Como político de personalidade e idéias próprias, fui duramente atacado, de todos os modos, por meus adversários, que não ousaram chamar-me de comunista ou criptocomunista, devido às minhas conhecidas convicções católicas e ao meu notório amor a este País.

Nunca me incomodei com os ataques que me foram dirigidos por advogados e testas-de-ferro dos trustes ou do capital estrangeiro, mas considero oportuno o momento para reafirmar, não àqueles interessados, mas, sim, à Nação brasileira, que seria insensato fosse um político de responsabilidade contrário a um determinado país, e muito especialmente contrário ao nosso grande vizinho do Norte. Oponho-me, sim, e continuarei a opor-me firmemente, enquanto Deus me der vida e forças, contra a ingerência, na vida brasileira, dos trustes de qualquer nação que pretenda apoderar-se das nossas riquezas, seja diretamente, seja servindo-se de intermediários.

Discurso proferido na sessão de 1.º de setembro de 1952. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XXVI. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953, p. 70-71.

Dentro mesmo dos Estados Unidos, os trustes especialmente o da energia elétrica e do petróleo, procuram intervir na vida da nação americana, conforme ficou sobejamente provado em apurações feitas, principalmente em relatórios de Comissões do Senado Norte-Americano, amplamente divulgado naquele país e na imprensa brasileira.

Ora, se nos Estados Unidos da América, com uma organização superior à nossa, os trustes intervêm na vida do país, enfrentando o governo e utilizando-se de todos os processos, por que não empregarão os mesmos métodos de ação no Brasil ou em outro país considerado subdesenvolvido? Ninguém de boa-fé poderá pô-lo em dúvida.

Não sou também contrário à "assistência puramente técnica", das nações mais adiantadas. O Brasil contribui anualmente com cerca de dois milhões de dólares para as Nações Unidas e seus organismos e agências especializadas, não nos fazendo portanto, nenhum favor daquelas organizações, inclusive o Banco de Reconstrução Internacional, em fornecer-nos o necessário auxílio para o desenvolvimento econômico do nosso País.

Mas, o que sempre desejei, e nisso fui e sou intransigente, é que o planejamento, a orientação, a defesa das nossas riquezas naturais e de sua propriedade fiquem a cargo exclusivo dos brasileiros. Quando julgarmos necessário, solicitaremos a assistência técnica ou o financiamento de planos por nós mesmos elaborados e que consulte exclusivamente aos nossos interesses. Não podemos admitir que os trustes ou pseudotécnicos se apoderem das nossas riquezas ou dos nossos cargos de direção que devem competir exclusivamente aos nacionais.

Essa orientação precisa ser continuada e devemos esperar que o seja em bem da Nação.

Não quero, porém, terminar, Sr. presidente, sem antes agradecer a V. Exª, aos seus dignos companheiros da Mesa e a todos os nossos colegas a indulgência com que aqui me ouviram e trataram a um colega que consagrou toda a sua vida ao serviço da Nação. (*Muito bem! Muito bem!*) *Palmas. O orador é cumprimentado.*)

A PETROBRÁS

O SR. ARTUR BERNARDES (*Como líder de partido.*) — Sr. presidente, sou um político que imolou sua popularidade no serviço do seu País. Não me arrependo, porém, disso. Creio que por este preço lhe terei prestado serviços de alguma valia; o minério de ferro, ao tempo da Itabira; a Hiléia Amazônica mais recentemente, e, por último, o petróleo, custaram-me e a quantos se empenharam nesses debates enormes sacrifícios.

Já tive ensejo de dizer desta tribuna que uma das tarefas mais árduas para o político, no Brasil, é defender as riquezas naturais do país. Estrangeiros se mancomunam contra elas e conseguem, não raro, aliciar nacionais para traírem sua pátria.

O Brasil é um país de grandes responsabilidades na civilização, pelo seu tamanho, pelas suas riquezas naturais, pelo coeficiente de sua população e pelo grau de inteligência do povo que o habita. Ele tem, portanto, responsabilidades enormes, tanto na civilização, como, principalmente, no continente; vive, entretanto, descuidado de si próprio, como é prova o estado atual a que chegamos. Não se compreende e menos se justifica que um país das possibilidades do Brasil tenha chegado à situação de penúria interna e de desmoralização no conceito das outras nações.

Estas considerações dão que pensar aos homens que se preocupam não só do presente mas, especialmente, do futuro. Isto é tarefa para nós, políticos. Somos aqui um viveiro de estadistas, uns sabendo mais, outros sabendo menos. Todos, porém, temos de nos especializar nas ciências do Estado, para que possamos preparar situação melhor para os nossos conacionais.

Seja entretanto, devido ao regime de alternações sucessivas na representação política, seja por outros motivos, o certo é que a escola de esta-

---

Discurso pronunciado na sessão de 15 de setembro de 1953. *Diário do Congresso Nacional*, 18 de setembro de 1953.

distas do passado como que declina nos dias presentes. É preciso, todavia, um esforço de nossa parte para evitar que esse declínio continue, é indispensável estimular os políticos a se aperfeiçoarem cada dia mais no conhecimento das ciências do Estado.

Temos, no momento, a resolver questão máxima — a do petróleo. Tão relevante apresenta-se esse assunto para nós, e até para estranhos, que vivemos apoquentados há muito tempo pelos pretendentes a esse combustível. Quando nós mesmos não lhe dávamos ainda o valor que ele tem, já estrangeiros viviam devassando as nossas florestas, à procura de terrenos petrolíferos. Guardavam disso o maior segredo e punham-se a adquirir terras, na esperança de que pudessem vir a obter concessões para explorá-las. Isto se caracterizou bem na feitura da Constituição ora em vigor. Não é segredo para ninguém o fato de um dos trustes ter mandado emissários ao Brasil empenhar-se no sentido de na feitura da Constituição se permitir pudessem estrangeiros explorar o subsolo brasileiro. E isso se conseguiu, porque, realmente, o texto de nossa Carta Magna faculta que, em determinadas condições, estrangeiros o façam.

Nesta altura dos acontecimentos, procurei conhecer o que era o petróleo. Já me dedicara, profundamente, à questão do minério de ferro, pretendido pela Itabira Iron, e havia também estudado a questão do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, que outra coisa não era senão o desmembramento do território nacional. O caso da Hiléia Amazônica ficou, até hoje, parado, sem seguimento nesta Casa, à espera não sei de quê. Pretendo, neste meu retorno à Câmara, ainda que transitório, requerer a vinda do tratado para ser debatido e votado.

Sou homem de vida precária. Faltarei — não estará, talvez, muito longe esse dia — e receio esperem meu desaparecimento para fazerem transitar por aqui semelhante matéria, que, então, uma nova legislatura não conheça senão por ouvir dizer. Os perigos dessa ordem, que rodeiam o Brasil, são enormes, são ignorados de todos os brasileiros, pode-se assim dizer. Desejaria, por isso, tratar deles numa sessão secreta, em que pudesse alertar os colegas para esses assuntos, cuja gravidade aumenta dia a dia.

Mas, dizia, dedicando-me ao estudo do petróleo, pude ver, nos relatórios das companhias petrolíferas estrangeiras que trabalham no Brasil, coisas surpreendentes. O que li nesses relatórios publicados no *Diário Oficial*, causou-me impressão tão profunda que continuei a estudar, também profundamente, a questão do petróleo. Esses relatórios não são os

mais novos. Os últimos devem ter dobrado, senão multiplicado várias vezes, os algarismos que aqui vou citar, porque o consumo de petróleo dobra de seis em seis ou de dez em dez anos. A esse tempo, pude constatar que entre oito companhias com sede no Distrito Federal, controladoras da grande maioria do comércio de petróleo no país, quatro efetuaram cerca de 90% dos negócios. E aí pude ver que os principais itens de seus balanços, publicados no *Diário Oficial* de 1947, relativos ao ano anterior, de 1946, assim se expressavam: a Standard Oil, com um capital de 77 milhões de cruzeiros, obteve, naquele ano de 1946, o lucro líquido de 257 milhões e mais 39 milhões, retirados para o fundo de reserva; a Shell, com o capital de 148 milhões, retirou um fundo de reserva de 271 milhões e distribuiu 68 milhões em dividendos; a Atlantic, com 41 milhões de capital, obteve 63 milhões de lucro líquido e retirou 44 milhões para fundo de reserva; a Caloric, com 15 milhões, obteve 86 milhões de lucro líquido e retirou 31 milhões para fundo de reserva. Estes lucros correspondem a juros altíssimos, como nenhum capital brasileiro consegue auferir. Basta dizer que só a Standard, a maior delas, alcançou um lucro líquido correspondente a 332% do capital. Ora, essa parte da indústria do petróleo — a referente à distribuição — é isenta de riscos.

O Sr. Adolfo Gentil — Por obséquio, para esclarecer-me, poderia V. Exª informar se quando se referiu ao capital dessas empresas, computou também suas reservas? Terá V. Exª tomado simplesmente o capital? O Banco do Brasil, por exemplo, tem o capital de cem milhões de cruzeiros e uma reserva aproximada de três bilhões.

O SR. ARTUR BERNARDES — Que são lucros. As reservas também são lucros.

O Sr. Adolfo Gentil — Quando V. Exª fez o cálculo da rentabilidade do capital — não calculou, comparativamente, as reservas das companhias?

O SR. ARTUR BERNARDES — Se se somar o lucro líquido verificado nestes balanços com os fundos de reserva deles também constantes, observa-se o seguinte: a Standard, com um capital de 77 milhões de cruzeiros, obteve o lucro líquido de 297 milhões...

O Sr. Adolfo Gentil — Parece que não me fiz bem compreender, ilustre deputado. V. Exª — mais uma vez pergunto — quando faz o cálculo do capital, não se refere à reserva que a companhia já possui?

O SR. ARTUR BERNARDES — V. Exª diz bem: as reservas que elas já retiraram de lucros líquidos auferidos no Brasil... Sim, porque os capitais dessas companhias, via de regra, são, inicialmente, mínimos. Os lucros que elas vão aqui obtendo vão acrescendo o capital.

O Sr. Adolfo Gentil — Por exemplo: a Standard tinha o capital de 70 milhões de cruzeiros, se não me engano, e não possuía nenhuma reserva em 47?

O Sr. Eusébio Rocha — Sr. deputado Artur Bernardes, V. Exª permite?

O SR. ARTUR BERNARDES — Com prazer.

O Sr. Eusébio Rocha — Gostaria de contra-apartear o ilustre deputado Adolfo Gentil, esclarecendo que o capital inicial da Standard foi somente de 5 milhões de cruzeiros e o capital a que se refere V. Exª é todo ele feito de lucros acumulados no Brasil.

O SR. ARTUR BERNARDES — Sim, sem dúvida.

Preciso dizer que estes dados são extraídos de um único relatório. Foi o que vi publicado em 47, relativo ao ano anterior, de 46.

O Sr. Adolfo Gentil — Ilustre Sr. deputado, a única pergunta que fiz, a fim de me esclarecer, foi se em 1947, a Shell ou a Standard, qualquer uma delas, na rubrica de ativo só possuía capital, ou possuía também capital, outras reservas, fundos de reserva, reservas legais? Sobre isso é que gostaria de ser informado.

O SR. ARTUR BERNARDES — Isso não posso informar a V. Exª, porque não levei minhas indagações mais adiante. Baseei-me no que referi aqui, em um só relatório publicado no *Diário Oficial* do ano de 1947, relativo ao ano anterior.

Ora, Sr. presidente, se a indústria do petróleo é assim lucrativa se só numa das suas quartas partes o industrial aufere lucros assim fabulosos, perguntei a mim mesmo: havemos de consentir que essas explorações continuem em mãos estrangeiras?

Agora, então, que se trata de explorar o petróleo brasileiro, devemos ter um cuidado maior, querer que essa indústria fique em mãos de brasileiros.

Cumpre, pelo vulto do seu capital, do pessoal que nela trabalha, que ela pertença ao Estado. E passei a advogar a exploração estatal para o nosso petróleo.

Evidentemente não só eu, como quantos perfilharam esse ponto de vista, tivemos de lutar, desde logo, contra os interessados estrangeiros, que nos opunham todos os óbices e faziam a propaganda mais contrária à verdade; porém, à surdina, de modo que nós outros não a pudéssemos desfazer.

Tive ensejo de dizer desta tribuna, não sei se na atual ou na anterior legislatura, que o Brasil é um país de gente pobre. Somos um agrupamento humano de 55 milhões, a aspirar a cargos públicos. Por que isso? Pela pobreza do povo, que habita, entretanto, um país rico. O que nos cumpre, portanto, é transformar nossas riquezas naturais em produtos industrializados para o fim de melhorar as condições de vida da Nação e enriquecer os brasileiros. Até aqui temos entregue nossas riquezas, nossas grandes riquezas minerais, ao estrangeiro. Eles é que se locupletam com os lucros de sua transformação. Ainda agora o minério de ferro, cuja exploração era ambicionada pela Itabira, pretensão essa por mim combatida, acabou sendo cedido aos Estados Unidos e à Inglaterra, num tratado para nós ridículo e humilhante.

Em relação ao valor econômico desse minério de ferro, basta dizer à Câmara que o preço ajustado entre o governo brasileiro e os governos americano e inglês foi um preço fixo de Cr$ 100,00 por tonelada de minério, que fosse exportado pela Vale do Rio Doce.

Qual é o preço, atual, do minério de ferro?

O Sr. Adolfo Gentil — A Vale do Rio Doce vende presentemente a 18 dólares a tonelada. Esse é o preço que o Brasil está recebendo pelo seu minério de ferro, e não o de Cr$ 100,00.

O SR. ARTUR BERNARDES — Na opinião de V. Exª

O Sr. Adolfo Gentil — Não; na opinião da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. É por quanto vende a Companhia Vale do Rio Doce seu minério de ferro aqui: a 18 dólares a tonelada.

O Sr. Dilermando Cruz — Vendia até há dois meses. Hoje, não é esse preço, sabe V. Exª, mas o de 13 dólares.

O Sr. Adolfo Gentil — Treze dólares é o mínimo que o exportador terá de entregar ao câmbio oficial. É o preço mínimo, que é outra coisa.

O Sr. Carmelo d'Agostino — V. Exª sabe o preço pelo qual é vendido esse minério? A 16 dólares. E temos de vendê-lo de acordo com o Tratado, a preço inferior àquele pelo qual o mundo o está adquirindo.

O Sr. Adolfo Gentil — De qualquer maneira, são 16 ou 18 dólares, porque o mercado flutua.

O Sr. Carmelo d'Agostino — Admito que tenha havido lapso por parte do nobre orador a respeito do preço de venda mas também não é esse o preço que deve existir nesse caso.

O SR. ARTUR BERNARDES — Dezoito dólares e cinqüenta cêntimos é o preço corrente nos mercados por tonelada de minério de ferro, no momento atual.

Pois bem. O Brasil contratou por um preço fixo de Cr$ 100,00 por tonelada, ao tempo em que realizou o célebre Acordo de Washington. O resultado é que esses 18 dólares e 50 cêntimos devem equivaler a 300 e poucos cruzeiros. Pois bem, são os estrangeiros que embolsam a diferença de 100 para 300 cruzeiros. É essa vantagem que nos traz o capital colonizador. Vive-se a falar que o Brasil precisa desenvolver-se, precisa de capitais; mas são eles próprios, Srs. deputados, que mandam anunciar isso nos nossos jornais, para incutir em nossos cérebros essas idéias e acabarmos aceitando-a. O capital estrangeiro, sabemos que vence em seus países de origem um juro correspondente a 3 e 4%. Não vence mais. É um juro mínimo. Aqui, e nos países da América Latina, ele daria evidentemente 10, 12 e 15%. Isso todavia, já não estava bastando. Eles não querem esses juros, pretendem juros equivalentes aos lucros da Standard, isto é, 332%. Desejam apossar-se das nossas riquezas por uma nonada, de graça por assim dizer.

Além do caso do minério de ferro que vendemos por um preço miserável, ainda temos o caso do manganês.

Há em Lafaiete, Minas Gerais, uma grande mina de manganês, de excelente minério, do melhor manganês do mundo. Essa mina exporta para o exterior e não paga sequer o custo do frete, exporta com prejuízo da Central do Brasil. Ela registra nos Estados Unidos os lucros anuais da exploração, onde faz a sua escrita, para não pagar aqui o imposto de renda.

O Sr. Dilermando Cruz — O deputado Lúcio Bittencourt acaba de comunicar que hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, deu parecer favorável ao projeto que proíbe a exportação do manganês de Lafaiete, manganês metalúrgico, com teor metálico de 44%. De forma que, para V. Exª deve ser uma boa notícia constatar que o Parlamento vai tomar providências há muito reclamadas pela siderurgia mineira e a nacional.

O SR. ARTUR BERNARDES — Boa notícia. Mas aí está o manganês, e o estrangeiro não paga sequer o frete da Central do Brasil, para levar ao porto o minério que vem do interior. Somos nós que o pagamos.

O Sr. Leopoldo Maciel — Neste ponto, estou de pleno acordo com V. Exª e com o ilustre deputado Dilermando Cruz, porque se continuarmos a exportar o minério de manganês de Lafaiete dentro de vinte anos teremos de ir buscar para Volta Redonda e outras usinas, manganês no Amapá ou em Mato Grosso.

O SR. ARTUR BERNARDES — Volta Redonda é um caso especialíssimo. Ainda espero tratar dele.

Mas, voltando ao manganês de Lafaiete: esse manganês sai sem pagar nenhum imposto, nenhuma taxa em Minas Gerais. Goza de isenção total de impostos e taxas. Sai pagando frete inferior ao custo. Os lucros da empresa não pagam o imposto de renda aqui; vão pagar nos Estados Unidos. O prefeito da cidade se queixa de que o emprego de caminhões excessivamente grandes e pesados por essa empresa estraga freqüentemente as ruas, obrigando a Prefeitura a despesas repetidas.

Srs. deputados, há assim um engano a respeito do que possa ser para nós esse apregoado capital estrangeiro, de que, dizem, necessitamos para desenvolver o Brasil. Ele poderá vir para desenvolver o Brasil, porém, em favor do estrangeiro. Quase nada fica para o nacional. Assim, à medida que nos pomos no conhecimento desses fatos, revoltamo-nos, como é natural, e nos julgamos no dever de lutar intransigentemente na defesa do interesse nacional. É a isso que os supostos prejudicados chamam nacionalismo, nacionalismo exacerbado, nacionalismo vesgo, esquecidos de que este nacionalismo nós o aprendemos com o grande Rui Barbosa.

Em sua *Oração aos Moços* e bacharelandos em Direito em 1921, na capital de São Paulo, Rui se exprimiu por esta forma:

> "Agora, o que a política e a honra nos indicam, é outra coisa. Não busquemos caminho de volta à situação colonial. Guarde-

mo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos por se fazerem tais à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas; e, oferecida, como está, incauta, ingênua, inerme a todas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis.

Mas o que lhe importa é que dê começo a governar-se a si mesmo; porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e amenizada na tutela perpétua de governos que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio de senhores não pode almejar seriamente, nem seriamente manter a sua independência para com o estrangeiro."

Aqui está, senhores, uma lição cuja sabedoria a gente compreende melhor à medida que estuda esses problemas do Brasil e vê quanto o brasileiro é neles ludibriado.

Como se vê nacionalismo não é só nacionalizar, como equivocamente o disse o ilustre ministro da Fazenda, há poucos dias, em sua exposição no Senado. Não é, pelo menos, só isso. Se nacionalizar fosse tornar nacional, como disse S. Exª, teríamos, no caso do minério de ferro, de estar exercendo um nacionalismo para nacionalizar aquilo que já era nacional. Seria o mesmo caso, agora, quanto ao petróleo: não tínhamos de nacionalizar o petróleo porque ele já é nacional. Patriotismo, no sentido corrente desse vocábulo, quer dizer — e os léxicos o confirmam — afeição à pátria. E só essa afeição à nossa terra é que nos pode levar ao sacrifício de defender-lhe os santos interesses, que, às vezes, são comprometidos pelo próprio governo, quando ele é que devia defendê-los.

O Sr. Eusébio Rocha — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARTUR BERNARDES — Com satisfação.

O Sr. Eusébio Rocha — Após haver o ilustre Ministro Oswaldo Aranha pronunciado o seu brilhante discurso de esclarecimento ao Senado e à Nação, como alguns jornais tirassem de suas palavras conclusões que não me pareciam as mais precisas, porque afirmavam que S. Exª se situava

contra o monopólio estatal do petróleo, tive ensejo de me comunicar com o Ministro Oswaldo Aranha — porque fui um dos que divulgaram sua célebre carta na qual declarava que fora do monopólio estatal do petróleo não havia solução alguma compatível com a dignidade brasileira — para saber se razões novas haviam mudado seu pensamento. E o Ministro Oswaldo Aranha reafirmou-me que continua, hoje como ontem, inteiramente favorável ao monopólio estatal do petróleo. É a bem da verdade e para que se consigne nos *Anais* da Casa esse pronunciamento do ilustre ministro que dou a V. Exª este aparte.

O SR. ARTUR BERNARDES — Estimo ouvir o aparte de V. Exª Mas, por muita consideração que se tenha ao Sr. Oswaldo Aranha, um ministro de Estado não pode esquivar-se a esses reparos. Será um equívoco. A exacerbação patriótica a que alguns se referiram não traduz outra coisa senão a revolta do espírito contra o abandono em que tem estado a nossa pátria por parte daqueles aos quais competia zelar por ela. Esse nacionalismo é ainda diferente daquele a que aludiu ainda há poucos dias um ex-embaixador estrangeiro, quando aqui proferiu uma conferência pública. É possível que o nacionalismo que ele censurou fosse inconveniente às grandes nações. Mas as pequenas, as indefesas precisam conservar e cultivar o seu nacionalismo, sem o qual não subsistirão. Basta dizer que anda por aí a inovação de um mundo só, da restrição às soberanias; tudo isso iria criar o poder absoluto dos fortes, dos poderosos, das grandes potências, em detrimento das outras.

Ora, nós preferimos sobreviver, sobreexistir com a soberania que adquirimos com a nossa independência.

Mas, Sr. presidente, tratemos do petróleo. A importância desse combustível é tal que ainda agora vimos o que aqui ocorreu. Um embaixador vem de longe, nesta hora em que temos de decidir do petróleo, para censurar o nacionalismo: um embaixador estrangeiro, recentemente chegado, antes de entregar suas credenciais ao chefe do Governo, faz declaração em favor da livre participação nas iniciativas industriais; a seguir, um chefe de Estado poderoso manda conselhos às nações latinas no sentido de aceitarem o capital estrangeiro colaborando.

Serão coincidências? São coincidências que ainda coincidem com uma outra: a vinda, também recentemente, ao Rio de Janeiro de um chefe de Estado vizinho, que, numa visita de cortesia aqui esteve para dizer-nos que o seu país vive muito próspero, muito feliz, com o regime de inicia-

tiva particular. E isto proclamado nesta Casa, que já se havia pronunciado em sentido contrário a semelhante iniciativa. E ainda mais — esse chefe de Estado aqui veio também propor-nos outra grave coisa: a criação dos portos francos na Amazônia!

O Sr. Adolfo Gentil — Permita, nobre deputado. V. Exª, que é estudioso, conforme declarou no início do seu brilhante discurso, dos assuntos de petróleo, podia dizer qual o seu ponto de vista a respeito do capital brasileiro que acaba de firmar um acordo com a Bolívia, a fim de explorar o seu petróleo? Que acha V. Exª dessa atitude do Brasil em relação àquele país?

O SR. ARTUR BERNARDES — Agradeço a V. Exª o aparte. Este me vem ajudar, e ajudar neste sentido: um país que vai buscar petróleo longe, na Bolívia, fazendo enormes despesas com a construção de uma estrada de ferro, esse país não tem o direito de dar o seu petróleo a estranhos. (*Muito bem! Muito bem! Palmas.*) Quanto ao capital que V. Exª se referiu, estimo também que V. Exª tenha abordado este ponto. Nas primeiras escaramuças sobre o petróleo, estrangeiros interessados em obtê-lo em concessão espalhavam que o Brasil não poderia explorar o seu petróleo, por não ter dinheiro, nem técnicos, nem máquinas. E nós, muitos de nós, brasileiros, passávamos a repetir aquilo que ouvíamos dos interessados.

Entretanto, os fatos vieram mostrar que não precisamos do capital estrangeiro — volto a este ponto — não precisamos de máquinas de determinado país, e não nos faltarão técnicos. Há firmas que oferecem e contratam esses técnicos. As máquinas não se encontram em um só país, nem em dois. Vários países as fabricam e os industriais vivem das suas indústrias, têm interesse em fabricar e vender.

Quanto ao dinheiro, precisamos não esquecer, primeiro, o trabalho de 55 milhões de brasileiros; segundo, que temos mercadorias exportáveis; terceiro, que temos os vales-ouro que podemos emitir, como já o fizemos no ano passado. Temos ainda, nos Institutos, grandes depósitos, além da Caixa Econômica.

Cumpre, ainda, não esquecer que os que falam em capital, ou falta de capital brasileiro para exploração dessa indústria, se esquecem de que os velhos países levaram um século para chegar ao atual estado de desenvolvimento da sua indústria. E nós somos incipientes, estamos começando agora. Não é natural que se exija de quem começa o que é impossível.

Entre outras alegações, ouve-se, também, freqüentemente, que o consumo do petróleo está crescendo no Brasil; o consumo dos dólares, das cambiais, das divisas está também crescendo, e nós não temos onde buscar essas divisas. É um argumento especioso.

Devemos estimar que o consumo de petróleo cresça, porque é sinal de que há desenvolvimento, progresso, trabalho. Quanto às divisas, respondo a esses interpelantes com outra interpelação: se déssemos em concessão o petróleo ao estrangeiro, economizaríamos divisas? Deixaríamos de consumir mais petróleo? Não. Teríamos de pagar-lhe em cruzeiros, porém, esses cruzeiros iriam sair daqui mais hoje, mais amanhã, em forma de dólares ou de divisas para a pátria de origem desses capitais. De sorte que é um engano acreditar que precisamos entregar o petróleo a estrangeiros por não termos divisas com que pagar o necessário ao nosso consumo. Não há nada, senhores, que justifique a entrega do petróleo a estrangeiros. O petróleo não é só um mineral valioso, não é só combustível que encerra mais caloria do que todos os outros, mais rendoso na propulsão das indústrias e das máquinas: o petróleo é, antes de tudo, uma arma de guerra, que só deve permanecer sob o controle do Estado. E a Bolívia já se viu em situação como esta: em guerra com o Paraguai, havendo dado concessão do seu petróleo a uma dessas empresas estrangeiras, no momento mais preciso essa empresa passou a fornecer gasolina boliviana ao Exército paraguaio, na Guerra do Chaco. Nem ao menos se pode confiar na lealdade dessas empresas! É uma arma de guerra sobre a qual o Estado deve ter as mãos em qualquer momento que se faça necessário.

Só essa razão leva qualquer homem de Estado, a opinar contra a entrega do petróleo ao estrangeiro. Mas, ao lado disso, nós somos, como dizia ainda há pouco, um país de pobres, um país de candidatos a empregos públicos, um país de burocratas, ameaçado de cair para burocracia. Não há uma receita suficiente para pagar os funcionários públicos. É preciso emitir para satisfazer a despesa ordinária.

Essa situação é insustentável. Contamos, então, com uma fonte de recursos, quase inexaurível, no petróleo, e não devemos abrir mão deste. Lembremo-nos, sobretudo, de que temos trinta e tantos milhões de brasileiros sem instrução e sem saúde. Somos, talvez, no mundo o país que tem um número de analfabetos que envergonharia a qualquer nação!

Há um elemento de fabricação da opinião pública, em nosso país, perigosíssimo. É exatamente um desses trustes. Eles governam telégrafos, rádios e têm à sua disposição colunas em todos os grandes jornais do Rio de Janeiro. Essa gente tem um departamento, chamado de publicidade, com material e pessoal enormes, tendo autores de artigos de fundo, comentaristas, noticiaristas, etc. para forjar uma opinião pública, trabalho culto que aqui se desenvolve com desconhecimento de brasileiros e, principalmente, do Governo.

Espero poder voltar ainda a este assunto para melhor elucidá-lo. Por agora, Srs. deputados, quero encarecer-lhes a necessidade de não aprovarmos as emendas do Senado ao projeto da PETROBRÁS porque estas o modificam em pontos essenciais. Se aceitas, poremos por terra toda a construção da Câmara em matéria de petróleo, e será a escravização do Brasil.

Esta hora é decisiva para nossos destinos: não só para os destinos econômicos, mas também para os destinos políticos, que são conseqüência dos primeiros.

Minha vinda a esta Casa foi precisamente para dar à nossa votação a expressão que ela deve ter. Não vamos aqui votar um projeto qualquer, mas uma lei que marcará os destinos da nacionalidade, a que não podemos ser indiferentes.

A prova de que assim é, temo-la no fato de que essas intervenções de fora se fizeram sentir aqui dentro precisamente na hora em que a Câmara dos Deputados tem de dar a sua última decisão sobre o petróleo.

Ou tomamos o rumo a que estamos destinados, que é o de vir a sermos uma grande nação, uma grande potência no futuro, ou havemos de ser uma espécie de China, de que todas as nações abusam. A China, porém, tem um longo passado, pôde criar o seu espírito na filosofia, nas ciências, é uma nação apreciada e muito respeitada. Nós somos uma nação de ontem, uma nação nova que nada pôde construir que a recomende, nem mesmo a segurança da sua soberania.

Por tudo isso, Srs. deputados espero que a Câmara se coloque acima de si mesma, compreenda a importância deste nosso voto e se decida a honrar os feitos dos nossos antepassados, que tanto fizeram para nos dar uma pátria livre e fadada a grandes destinos! *(Muito bem, muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

O PREÇO DA GASOLINA

O SR. ARTUR BERNARDES *(Como líder de partido.)* — Sr. Presidente, Srs. deputados, o aumento do preço da gasolina está suscitando gerais reclamações em todo o País, e com justas razões. Os que conhecem as delícias da vida no Rio, mas ignoram as lutas amargas dos que mourejam pelo nosso *hinterland*, em rude trabalho pela produção, pela criação das riquezas, pelo transporte e, sobretudo, pelo pagamento de impostos é que podem ficar indiferentes a esta desastrada medida que vem ferir mais aos que ali trabalham. Se tal medida fosse originária dos trustes ou por eles inspirada, não serviria melhor aos seus interesses. Se partisse, também, de inimigos ostensivos ou dissimulados do Brasil, desejosos de atrofiar o seu desenvolvimento e retardar o seu progresso, ainda não se teria de que admirar. O motivo de estranheza consiste em partir esse ato de uma administração que se confessa empenhada em baratear a vida.

A essa nossa crítica responde-se, apenas, que é de um e alguma coisa por cento o encarecimento. Que fosse, porém, da metade, Sr. Presidente. É sempre um encarecimento, e não se explica que o Governo crie ônus sobre uma indústria oficial que está a nascer, como se quisesse aniquilá-la. Será que se pretende dar ao povo a falsa impressão de que a gasolina subiu porque o Governo a está explorando? Não queremos admitir essa hipótese, mas o Governo que se precavenha, pois, sabemos todos que há, permanentemente, mouros na costa.

E, coisa inédita, Sr. presidente, uma das razões alegadas para essa medida é que a gasolina está mais barata no Brasil do que em outros países.

Que mal há nisso? Devemos nós ter a preocupação de anular essa vantagem que surge a nosso favor? Não se compreende que o Brasil tome

---

Discurso proferido na sessão de 2 de março de 1955. *Diário do Congresso Nacional*, 3 de março de 1955.

iniciativa como esta. *(Muito bem!)*. Não querem que o Brasil goze, ao menos, dessa vantagem sobre outros povos? Convenhamos que isso pode ser tudo menos de brasileiro.

Terei de ocupar esta tribuna, talvez assiduamente, para tratar do petróleo. Desejo desfazer equívocos que existem no espírito de alguns homens de boa fé, que, não tendo estudado o problema se animam a opinar sobre ele, sem bem conhecê-lo. Este, porém, não é o momento. Quero, por agora, expressar à Câmara e à Nação, sobretudo ao Governo, o mau efeito, a péssima impressão mesmo, que esse aumento de preço está causando em todo o País.

O Sr. Rafael Correia — Permita o nobre deputado. Tudo isto faz parte do programa do Sr. Ministro da Fazenda, que não tem outro objetivo senão criar dificuldades na vida interna do Brasil, para que se justifique a entrega do petróleo ao truste internacional.

O SR. ARTUR BERNARDES — Não digo que concorde com a opinião de V. Exª, mas permito-me aproveitar esta oportunidade para estranhar que o Sr. Ministro da Fazenda, regressando não há muito dos Estados Unidos, nos tenha informado da má impressão que lá encontrou sobre a política brasileira do petróleo, que então qualificaram de "política suicida".

O Sr. Oscar Carneiro — V. Exª me permite?

O SR. ARTUR BERNARDES — Com muito prazer.

O Sr. Oscar Carneiro — O índice de riqueza das nações não pode ser aferido exclusivamente pela sua produção em combustíveis, mas pode ser muito bem pelo consumo, que faz dos combustíveis. O país que mais consome combustíveis denota um grau maior de progresso e de civilização, porque os combustíveis, é óbvio, são necessários ao progresso, ao desenvolvimento industrial. Ora, se o Brasil ainda não pode ser considerado um país produtor de combustíveis, vai sendo consumidor, e é, paralelamente, um país que progride. Se, nessa ordem de considerações, se entrava o progresso do País pela alta excessiva dos combustíveis, está-se fazendo, realmente, obra impatriótica.

O ideal seria produzir combustíveis e consumi-los, estabelecendo-se o equilíbrio, como nos Estados Unidos, etc. Se não chegamos a este ponto, é claro que não se pode gravar mais os combustíveis, como pre-

tende o Governo, porque isto vem encarecer verticalmente as nossas condições de vida.

O SR. ARTUR BERNARDES — Agradeço a V. Exª o aparte.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Apenas, aproveitando as considerações do nobre deputado que acabou de apartear, devo dizer neste particular que realmente a proposta do Sr. Ministro da Fazenda hoje submetida à apreciação da COFAP, como consta dos jornais, é realmente desastrosa. No fundo, de tudo isso, Srs. Deputados, há um fenômeno de atrofia do espírito do Sr. Ministro da Fazenda. É um homem que está um pouco desorganizado pelo excesso da leitura e, portanto, em desarmonia com o ritmo da realidade brasileira, porque um trator no campo, usando gasolina cara, produz feijão e arroz caros também. O custo de vida vai aumentar à medida que subir o preço da gasolina. Só S. Exª não sabe desse detalhe.

O SR. ARTUR BERNARDES — Agradeço a V. Exª o aparte.

Não devemos, Sr. Presidente, impressionar-nos com que os estrangeiros digam a respeito da nossa conduta na administração do País, sobretudo devemos suspeitar de sua opinião sobre as matérias-primas que tanto cobiçam no Brasil.

É lamentável que o Sr. ministro da Fazenda, em sua viagem aos Estados Unidos, não tenha esclarecido os dois ou três grupos de seus amigos que taxaram de suicida nossa política petrolífera. S. Exª, como bom brasileiro, e sobretudo como responsável pela condução dos destinos do Brasil no exercício da pasta da Fazenda, podia revidar a esses amigos que política suicida, praticada pelo Brasil, foi a da entrega do minério de ferro aos Estados Unidos e Inglaterra, monopólio que nunca mais recuperaremos.

O Sr. Rafael Correia — Tenho a impressão de que quem disse que a política do petróleo era suicida não foram os americanos, mas o próprio Sr. Ministro da Fazenda em conversa com americanos. Pelo menos foi o que li em telegramas vindos da América do Norte.

O SR. ARTUR BERNARDES — Tanto pior; se assim foi S. Exª poderia ter informado aos americanos que política suicida fez o Brasil em relação ao nosso manganês, que não paga frete integral à Estrada de Ferro Central do Brasil quando vem das minas para o porto de mar, como ele paga aqui o imposto de renda.

O Sr. Rafael Correia — Política suicida faz um Ministro da Fazenda como o Sr. Eugênio Gudin numa era como esta.

O Sr. Oscar Carneiro — V. Exª tocou num ponto altamente significativo — o da entrega das minas de ferro aos monopólios estrangeiros. Ainda há pouco, reclamavam vários Deputados a respeito da mínima vazão do rio Paraíba e os perigos decorrentes do aproveitamento da sua força hidrelétrica para as cidades ribeirinhas. Isto significa o desmatamento intensivo das áreas do rio Paraíba para fabricação do carvão vegetal destinado à fabricação de barras de ferro. As gerações futuras responderão por esse verdadeiro desperdício das nossas riquezas. Daí V. Exª ter razão. Nem ao menos o ferro, produzido nas entranhas de Minas com o carvão das florestas devastadas, está servindo aos brasileiros, mas a grupos internacionais que se enriquecem à nossa custa. Quanto ao petróleo, assunto da maior gravidade, realmente precisa ser estudado com muita objetividade. Para isto foi constituída, ou está sendo constituída, uma comissão de investigação nesta Câmara. As opiniões dos divergentes alegam que, sendo nosso terreno arqueano e, conseqüentemente, negativo para petróleo, tem-se verificado que, naquela região que se poderia pensar numa grande bacia de sedimentação, como a Amazônia, a perfuração tem atingido a 5.000 e 5.500 m, encontrando-se o cristalino e nenhum vestígio de petróleo, apesar de que, muitas vezes, uma perfuração está, talvez, a um metro do grande bolsão. Resta a esperança do Paraná, bem como de outras regiões, da orla marítima que podem e devem necessariamente revelar petróleo. Mas esses argumentos nunca seriam suficientes para que parássemos nossa política de petróleo, para que não investíssemos sobre ela com todo o vigor, como tem feito V. Exª brilhantemente, com sua autoridade, no sentido de que, sejam quais forem os sacrifícios, nós é que devemos arcar com eles, transmitindo-os às gerações futuras, para não lhes transmitirmos o crime de termos entregue as nossas reservas principais às mãos de trustes estrangeiros. (*Palmas.*)

O SR. ARTUR BERNARDES — V. Exª tem razão.

O Sr. Bruzzi Mendonça — V. Exª me permite? Queria apenas oferecer uma restrição embora no sentido geral eu esteja de acordo com o anterior aparteante de V. Exª quanto à sua afirmação de que as perfurações feitas no Brasil têm apresentado maior índice de resultados negativos. Lembro-me de que em recente conferência, o General Horta Barbosa, que então falava com a responsabilidade de presidente do Conselho Nacional do

Petróleo, afirmava que as perfurações feitas no Brasil têm proporcionado maior índice de resultados positivos do que as feitas no próprio Estados Unidos e no próprio Texas, onde as perfurações têm obtido os melhores resultados do mundo.

O Sr. Oscar Carneiro — V. Exª, nobre Deputado Artur Bernardes, há de me desculpar a nova interrupção para responder ao Deputado Bruzzi Mendonça. Não revelei, não testemunhei nem afirmei que as nossas pesquisas têm apresentado resultados grandemente negativos. Não! Grande parte das nossas pesquisas têm resultado negativas, mas isso não é fator para que se desanime.

Eu tenho e acompanho os relatórios do Conselho Nacional de Pesquisas. Trata-se, evidentemente, de uma questão, não somente econômica, porém substancialmente política, e de política internacional. As cautelas dos técnicos a respeito são as maiores possíveis. Pode estabelecer-se nesta Câmara toda a sorte de discussões, podem todos os deputados aflorar o assunto ou nele aprofundar-se, mas a verdade é que, no cerne de tudo, há um objetivo de política nacional e internacional. Existe cautela dos próprios técnicos quanto a essas revelações. Por isto, eu estou de inteiro acordo com a constituição de uma comissão investigadora sobre o assunto, porque, aí, sem um ambiente técnico-parlamentar, essas verdades vão aparecer, estabelecendo e norteando os rumos que deveremos seguir nessa matéria, não somente de pesquisas, como de suas necessidades. Sr. Presidente Artur Bernardes, há um certo aspecto nessa questão de petróleo a observar. Há quem suponha, e não sem absoluta razão, que a luta dos trustes se restringe exclusivamente a tirar das mãos do Governo, ou evitar que caia nas mãos do Governo, o monopólio do petróleo, não somente quanto à sua produção, mas, sobretudo, quanto à sua distribuição e transformação. Transformar e distribuir petróleo é coisa muito mais séria do que produzir petróleo. Se as companhias de petróleo parassem esses milhões de bombas de distribuição, essas refinarias, a possibilidade de abastecer o País, e nisso o prejuízo dos trustes seria pavoroso. De maneira que também pode ser esse um dos aspectos em virtude dos quais tanto os trustes lutam para que o monopólio do petróleo não se realize no Brasil. Quanto à pesquisa, fica a palavra aos técnicos, à conclusão das comissões, e o assunto para ser tratado muito mais devagar.

O Sr. Bruzzi Mendonça — Se o nobre orador for indulgente eu desejaria acrescentar apenas duas palavras. Mais uma vez estou de acordo

com o eminente aparteante de V. Exª, quando sustenta que a refinação e a distribuição de petróleo têm importância maior que a própria perfuração. Sabemos que esta é uma fase mais lucrativa, a da exploração do petróleo. Mas faço uma restrição, no que diz respeito a essa comissão de inquérito sobre a PETROBRÁS. Meu único receio, embora possa ser facilmente superado pelo patriotismo dos membros da Comissão, é que isso sirva de pretexto para reabrir a discussão e renovar as dúvidas sobre a oportunidade da criação da PETROBRÁS, anseio de todo o povo brasileiro, que se opõe, veemente, à entrega do nosso petróleo ao truste internacional. Este, apenas, o meu receio; esta, a única restrição que ofereço a essa Comissão. A mim até parecia bem mais oportuno designar uma comissão de inquérito para apurar os negócios da Standard Oil no Brasil, mesmo porque acho tem ela muito mais a ocultar de atividades do que a PETROBRÁS. A PETROBRÁS, no caso, além de ser um nascituro, como diz o General Leônidas Cardoso, parece mais uma vítima, por não lhe terem sido conhecidas as necessidades para sua expansão.

O SR. ARTUR BERNARDES — Exatamente.

O Sr. Bruzzi Mendonça — É esta dúvida, a política errada do Governo que aí temos. Agradeço a V. Exª mais essa indulgência para com o aparteante.

O Sr. Dagoberto Sales — Se o nobre orador, Presidente Artur Bernardes, estendesse um pouco a sua indulgência, para atender a um aparte provocado pelo Deputado Bruzzi Mendonça, eu ficaria extremamente honrado. Não quero fatigar V. Exª na posição em que se encontra, de pé escutando nossos apartes.

O SR. ARTUR BERNARDES — Eu pediria a V. Exª que aguardasse outra oportunidade, porque estou recebendo aviso da Mesa de que meu tempo está a esgotar-se. Pretendo, como disse, voltar a esta tribuna para dissipar dúvidas que ainda haja sobre o petróleo. Não temo discussão com quem quer que se oponha ao que fizemos em matéria de política da PETROBRÁS. Quero, porém, salientar desta tribuna, antes de deixá-la, e retornando ainda ao ponto em que o Sr. Ministro da Fazenda foi omisso, quando nos Estados Unidos ouviu seus amigos qualificarem de suicida a nossa política de petróleo, que V. Exª podia revidar que política suicida fez o Brasil na renúncia da Hiléia Amazônica, pelo malsinado Tratado de Iquitos em que entregamos às potências estrangeiras 3 milhões e cerca de 500 mil quilômetros quadrados do nosso território. O Governo do

Brasil consentiu nisso de moto-próprio, por escrito, em forma solene, em convenção, que provavelmente teria sido aprovada aqui na Câmara, se o tratado, eu não me opus à sua aprovação nesta Casa. (sic). Esta política, sim, foi verdadeiramente suicida, por importar no desmembramento do território nacional. Isso prova que o Brasil assina de cruz tratados internacionais.

Dou por terminada a minha oração e agradeço a atenção com que a Câmara me ouviu. Prometo voltar ao assunto para discutir o problema do petróleo, advertindo, porém, que há uma conspiração permanente contra a PETROBRÁS. Essa conspiração, de interesses estrangeiros, tem aqui dentro seus advogados, seus testas-de-ferro e alguns ingênuos que trabalham contra a Pátria sem o saber. *(Muito bem; muito bem! Palmas.)*